



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**COORDENADORIA GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO**  
**AMBIENTE (PRODEMA)**  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (MDMA)**  
**SUBPROGRAMA PRODEMA/PRPG/UFPI**

**ANDERSON FONTENELE VIEIRA**

**TURISMO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA COMUNIDADE DE BARRA**  
**GRANDE, CAJUEIRO DA PRAIA - PIAUÍ.**

**TERESINA – PI**

**2016**

**ANDERSON FONTENELE VIEIRA**

**TURISMO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA COMUNIDADE DE BARRA  
GRANDE, CAJUEIRO DA PRAIA - PIAUÍ.**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste.

Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Lopes Araújo.

Co-Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Wilza Gomes Reis Lopes.

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Piauí  
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco  
Serviço de Processamento Técnico

V657t    Vieira, Anderson Fontenele.  
          Turismo e sustentabilidade ambiental na comunidade de Barra Grande, Cajueiro da Praia - Piauí. / Anderson Fontenele Vieira. -- 2016.  
          107 f. : il.

          Dissertação (Mestrado) – Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.  
          “Orientação: Prof. Dr. José Luís Lopes Araújo.”  
          “Co-Orientação: Prof.<sup>a</sup> Dra. Wilza Gomes Reis Lopes.”

          1. Turismo – Aspectos ambientais. 2. Turismo – Piauí.  
          3. Indicadores ambientais. 4. Sustentabilidade. 5. Políticas públicas.  
          I. Título.

CDD 338.479 181 22

**TURISMO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL NA COMUNIDADE DE BARRA GRANDE, CAJUEIRO DA PRAIA - PIAUÍ.**

Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste.

Linha de Pesquisa: Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Lopes Araújo.

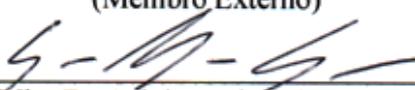
Co-Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Wilza Gomes Reis Lopes.

**Aprovada em 12 de Maio de 2016**

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Luís Lopes Araújo. Universidade Federal do Piauí (UFPI)  
(Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Edson Vicente da Silva. Universidade Federal do Ceará (UFC)  
(Membro Externo)

  
\_\_\_\_\_  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Giovana Mira Espíndola. Universidade Federal do Piauí (UFPI)  
(Membro Interno)

## DEDICATÓRIA

Aos meus amados pais, Lúcia Fontenele Vieira e Raimundo Nonato Vieira, vocês são o melhor de mim, minha inspiração para seguir firme na trajetória por mais difícil que possa parecer.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer nem sempre é tarefa fácil, pois podemos deixar passar despercebidas pessoas importantes e que, de alguma maneira, contribuiram para que pudéssemos chegar ao nosso objetivo final.

Agradeço imensamente a Deus por sempre guiar todos os meus passos. Encorajando-me espiritualmente para que tivesse força e capacidade para seguir nos momentos em que a vontade de desistir me consumia.

Agradeço aos meus pais, Lúcia e Raimundo, aos meus irmãos, Alexandre (*In Memoriam*), Adriano e Aline, aos meus sobrinhos, Izabelly Vitória e Miguel Augusto, minha base familiar. Sei que, mesmo não conhecendo o significado que esse degrau alcançado representa ao meu íntimo, vocês fizeram o que puderam para me auxiliar na realização de um sonho. Tenham uma certeza: isso me motivou muito!

Agradeço ao meu Orientador, Professor Doutor José Luís, um verdadeiro Mestre. Durante esses dois anos você demonstrou tamanha simplicidade em muitos momentos e me fez desconstruir a imagem do abismo em que acreditava ser a relação entre orientador e orientando. Obrigado pela oportunidade dada por você!

Agradeço a minha Co-Orientadora, Professora Doutora Wilza Lopes. Apesar de ter chegado nesse processo um pouco mais tarde, demonstrou ser uma excelente profissional e ser humano. Professora, senti-me acolhido desde quando a conheci e sabia que você iria fazer toda diferença para que chegássemos aonde chegamos.

Agradeço aos meus amigos da vida dupla, Teresina-Parnaíba, em especial: Daniel, Daniella, Renan, Ioná, Priscila, Ingrid e Lara. Vocês foram essenciais para mim, apesar de não terem contribuído cientificamente com a pesquisa, fizeram-me viver momentos felizes, divertidos e necessários. Afinal de contas, ou você vive a leveza do dia a dia e faz o mestrado ou se tranca no seu infinito esquecendo que viver experiências também faz parte do sucesso em qualquer conquista.

Agradeço a todos os meus colegas de turma com os quais compartilhei o dia a dia nas salas do Tropen num ano intenso de atividades acadêmicas realizadas na efetivação das disciplinas.

Agradeço a todos os Professores do Tropen que fizeram parte na construção do futuro Mestre que serei. Tenham certeza que me espelhei em cada um de vocês, metodologicamente, didaticamente e humanamente.

Agradeço aos funcionários do Tropen, Sr. Batista, Dona Maridete, Seu Raimundo e Felipe, por sempre se disponibilizarem em ajudar na resolução de todas as questões burocráticas do mestrado, além das conversas e cafés compartilhados.

Agradeço a toda comunidade de Barra Grande, em especial, aos amigos Jairon, Evando e Priscila, que me acolheram durante momentos da pesquisa, além de todos os proprietários, gestores e funcionários de pousadas, que se disponibilizaram e abriram suas portas para que pudesse coletar os dados necessários para o desenvolvimento do estudo.

Agradeço ao CNPq por me apoiar financeiramente na efetivação dessa pesquisa, na qual acredito ser um alarde necessário para ressignificar o desenvolvimento do turismo em Barra Grande.

## EPÍGRAFE

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.” (Arthur Schopenhauer).

## RESUMO

A Organização Mundial do Turismo (OMT), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU), aponta o uso de indicadores de sustentabilidade para o planejamento e gerenciamento do turismo. Nessa perspectiva, a comunidade de Barra Grande, destino turístico localizado no município de Cajueiro da Praia - Piauí, na Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba foi objeto de investigação deste estudo. O turismo nessa região cresceu nas últimas décadas gerando mudanças estruturais, sociais e ambientais. Contudo, o processo de “turistificação” em Barra Grande potencializou problemas existentes e trouxe consigo impactos negativos transformando a região. Dessa forma, o presente trabalho teve como objetivo geral identificar efeitos ambientais da infraestrutura turística em Barra Grande, considerando indicadores de sustentabilidade ambiental. E, como objetivos específicos: caracterizar o turismo desenvolvido no contexto da comunidade de Barra Grande; descrever os efeitos ambientais das atividades dos meios de hospedagem, utilizando os indicadores ambientais de saneamento do IBGE - 2012; e, apresentar a situação dos serviços de infraestrutura básica referentes à água, ao tratamento de dejetos, à coleta e destinação do lixo local. Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), com registro 46094215.3.0000.5214, atendendo ao que pressupõe a Resolução 466/2012 da Comissão Nacional de Ética e Pesquisa do Ministério da Saúde. A metodologia adotada constou de pesquisa bibliográfica e documental sobre os temas: turismo e meio ambiente, políticas públicas, desenvolvimento sustentável e indicadores de sustentabilidade. O levantamento dos dados qualitativos foi realizado por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas e específicas com o Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Cajueiro da Praia e com os proprietários ou gestores dos empreendimentos de hospedagem, os quais concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Posteriormente, os resultados destes indicadores foram aplicados utilizando a metodologia Pressão-Estado-Resposta (PER), marco ordenador, adotado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), apresentando os agentes que geram pressão (efeitos) ao meio natural, qualificando o estado desse meio e a existência de iniciativas de reposta da gestão local. Quanto aos resultados, constatou-se que a realidade dos serviços de infraestrutura básica é bastante precária e que os efeitos ambientais dos meios de hospedagem somados aos de outras atividades influenciam diretamente no desequilíbrio do sistema ambiental da região estudada. Por fim, espera-se que os dados possam contribuir para o planejamento turístico, além de construir elementos para novas abordagens de pesquisa sobre a viabilidade e adesão de segmentos turísticos sustentáveis, no contexto do estado do Piauí ou de outras regiões do Brasil, permitindo reprodutibilidade desse estudo e de modelos de gestão, com foco para sustentabilidade ambiental nos destinos.

**Palavras-Chave:** Turismo. Políticas Públicas. Sustentabilidade. Indicadores Ambientais.

## ABSTRACT

The World Tourism Organization (UNWTO), a specialized agency of the United Nations (UN), evidences the use of sustainability indicators for the planning and management. In this perspective, the community of Barra Grande, tourist destination located in the county of Cajueiro Beach - Piauí, in the Environmental Protection Area (APA) of the Parnaíba Delta, it was the subject investigation of this study. Tourism in this region has grown in the last decades. It has brought structural, social and environmental changes. However, the process of touristification in Barra Grande potentiated problems and it has brought negative impacts that it has transformed the region. In this way, this study aimed to identify environmental effects of tourism infrastructure in Barra Grande, considering indicators of environmental sustainability. And, as specific objectives: to characterize the tourism developed in the context of Barra Grande community; describe the environmental effects in the lodging facilities, using environmental indicators IBGE sanitation - 2012; and then, presenting the basic infrastructure situation in different services relating to water, waste treatment, the collection and disposal of local waste. This study was approved by the Research Ethics Committee (CEP) of the Federal University of Piauí (UFPI), registered 46094215.3.0000.5214, in view of which presupposes the Resolution 466/2012 of the National Ethics Committee and the Ministry of Health Research. The methodology used in this study was in two ways, documentary and bibliographical research on the themes: tourism and the environment, public policy, sustainable development and sustainability indicators. The qualitative data were conducted through the application of semi-structured and specific interviews with the Municipal Secretary of Tourism and Environment the Cajueiro Beach and the owners or managers of hosting projects, they agreed to sign the Informed Consent and Informed (WIC). Subsequently, the results of these indicators were applied using the methodology Pressure-State-Response (PSR), originator landmark, adopted by the Organization for Economic Cooperation and Development (OECD), showing the agents that generate pressure (effects) to the natural environment, qualifying the state in this area, and the existence of response in the local management initiatives. As a result, it was seen that the reality of basic infrastructure services is precarious and that the environmental effects of lodging facilities in addition with other activities, they influence in the imbalance of the environmental system in the region studied. Finally, it is expected that data can contribute to tourism planning, in addition to building elements for new research approaches on the viability and adherence of sustainable tourism segments in the state of Piauí, in this context or other regions of Brazil, allowing reproducibility this study and management models, with focus on environmental sustainability in destinations.

**Keywords:** Tourism. Public policy. Sustainability. Environmental Indicators.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Imagem de satélite ilustrando os meios de hospedagem da Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	24
<b>Figura 2</b> - Modelo PER (Pressão-Estado-Resposta) .....	26
<b>Figura 3</b> - Mapa da Regionalização do Turismo no Estado do Piauí.....	60
<b>Figura 4</b> - Fotografia de dunas no Delta do Parnaíba em uma de suas ilhas fluviais.....	62
<b>Figura 5</b> - Fotografia de igarapé em manguezais no Delta do Parnaíba.....	63
<b>Figura 6</b> - Fotografia de Caranguejo-Uçá ( <i>Ucides cordatu cordatus</i> ) no Delta do Parnaíba.....	64
<b>Figura 7</b> - Mapa de localização do município de Cajueiro da Praia.....	67
<b>Figura 8</b> - Fotografia de ação educativa no centro de preservação do Peixe-Boi, em Cajueiro da Praia/PI.....	68
<b>Figura 9</b> - Recorte de Mapa das vias de acesso rodoviário à Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	69
<b>Figura 10</b> - Fotografia de pousada sendo construída na comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI, em 2015.....	70
<b>Figura 11</b> - Fotografia da igreja da comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	71
<b>Figura 12</b> - Fotografia de restaurante em pousada na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	72
<b>Figura 13</b> - Fotografia de barracas de praia na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	73
<b>Figura 14</b> - Fotografia de pescadores e kitesurfistas à beira mar na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	74
<b>Figura 15</b> - Fotografia do reservatório de água da AGESPISA na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	75

<b>Figura 16</b> - Fotografia de pousada com painéis solares na Comunidade Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	76
<b>Figura 17</b> - Fotografia de acúmulo de lixo no lixão na Comunidade Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	77
<b>Figura 18</b> - Fotografia de acúmulo de lixo no lixão na Comunidade Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	78
<b>Figura 19</b> - Fotografia registrando acúmulo de lixo em rua na Comunidade Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	78
<b>Figura 20</b> - Fotografia de recipiente de coleta de lixo na praia da Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	78
<b>Figura 21</b> - Fotografia de cisterna com água tratada em pousada da Comunidade Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	84
<b>Figura 22</b> - Fotografia de coletores dentro de uma pousada na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	85
<b>Figura 23</b> - Fotografia com lixo orgânico (compostagem) em uma pousada da Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	86
<b>Figura 24</b> - Fotografia de fossa ecológica em pousada na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	87
<b>Figura 25</b> - Fotografia de painéis solares em pousada na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.....	88

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Parâmetros dos Indicadores de Saneamento.....	25
<b>Quadro 2</b> - Indicadores Chaves do Turismo Sustentável.....	54
<b>Quadro 3</b> - Diagnóstico das Pousadas da Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI, quanto aos Indicadores de Sustentabilidade.....	82
<b>Quadro 4</b> - Avaliação Modelo PER (Pressão-Estado-Resposta).....	89

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Indicador Captação de Água nos Meios de Hospedagem.....	83
<b>Gráfico 2</b> - Indicador Destino dos Resíduos Sólidos nos Meios de Hospedagem.....	85

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGESPISA - Águas e Esgotos do Piauí S/A

AIA - Avaliação de Impacto Ambiental

AL - Alagoas

APA - Área de Proteção Ambiental

APL - Arranjo Produtivo Local

ARDS - Agência Reguladora de Desenvolvimento Sustentável

BA - Bahia

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CDS - Comissão para o Desenvolvimento Sustentável

CDST - Comitê de Desenvolvimento Sustentável do Turismo

CE - Ceará

CEPRO - Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento

CNUDS - Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável

CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

COMBRATUR - Comissão Brasileira de Turismo

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

Cooptur - Cooperativa Paranaense de Turismo

CNTUR - Conselho Nacional de Turismo

DGA - Direção Geral do Ambiente

DS - Desenvolvimento Sustentável

EDS - Estudo de Desenvolvimento Sustentável

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo

Eurostat - Divisão de Estatísticas da Comunidade Europeia

FISET - Fundo de Investimento Setorial de Turismo

FUNGETUR - Fundo Geral do Turismo

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDS - Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IS - Indicadores de Sustentabilidade

ISB - Índice de Sustentabilidade para Blumenau

LI - Licença de Instalação

LO - Licença Ordinária

LP - Licença Prévia

MICT - Ministério da Indústria e Comércio

MG - Minas Gerais

MMA - Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal

MINTUR - Ministério do Turismo

NE - Nordeste

OECD - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMT - Organização Mundial do Turismo

ONG - Organização não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

PA - Pará

PB - Paraíba

PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável

PE - Pernambuco

PER - Pressão-Estado-Resposta

PI - Piauí

PIB - Produto Interno Bruto

PMSB - Planos Municipais de Saneamento Básico

PNMA - Política Nacional de Meio Ambiente

PNE - Política Nacional de Ecoturismo

PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNCTS - Programa Nacional de Certificação em Turismo Sustentável

PNT - Plano Nacional de Turismo

PR - Paraná

PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo

RESEX - Reserva Extrativista Marinha

RN - Rio Grande do Norte

RJ - Rio de Janeiro

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMAR - Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SETUR - Secretaria Estadual de Turismo

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

TBC - Turismo de Base Comunitária

Unstat - Divisão de Estatísticas das Nações Unidas

WTTC - World Trade Tourism Council

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	22
<b>3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	27
3.1 DESENVOLVIMENTO: UMA DISCUSSÃO SOBRE CONCEITOS .....	27
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E A INTER-RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL .....	33
3.3 TURISMO: UMA OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO.....	37
<b>4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL, UMA ANÁLISE SOB O VIÉS     DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL</b> .....	43
4.1 CONTEXTUALIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO .....	43
4.2 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO .....	49
4.3 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL .....	55
<b>5 O TURISMO NO ESTADO DO PIAUÍ - POLO COSTA DO DELTA</b> .....	59
5.1 POLO COSTA DO DELTA .....	61
5.2 COMUNIDADE DE BARRA GRANDE: ASPECTOS GERAIS .....	68
<b>6 CARACTERIZAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM QUANTO AOS     INDICADORES AMBIENTAIS</b> .....	80
6.1 MEIOS DE HOSPEDAGEM DE BARRA GRANDE.....	80
6.1.1 INDICADORES AMBIENTAIS DE PRESSÃO, ESTADO E RESPOSTA PARA BARRA GRANDE.....	83
<b>7 CONCLUSÕES</b> .....	91
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95
<b>APÊNDICES</b> .....	103
APÊNDICE A.....	103
APÊNDICE B.....	105
APÊNDICE C.....	106

## 1 INTRODUÇÃO

As questões relacionadas ao meio ambiente passaram a ser um problema global relevante a partir da década de 1970, mais precisamente em Estocolmo, no ano de 1972 e no Rio de Janeiro em 1992, onde ocorreram as Conferências Mundiais da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento. Nesses eventos sugeriu-se o modelo internacional econômico vigente e seus processos de produção, pela responsabilidade de problemas ambientais como: poluição do ar e da água, mudanças climáticas gradativas, desmatamento de grandes áreas da flora, redução da população de grupos importantes da fauna, acúmulo de resíduos, dentre outros.

Políticas Públicas é a totalidade de ações, metas e planos, que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público, verdadeiros instrumentos de condução do como se deve gerir de forma planejada e eficaz. No referente ao meio ambiente, o Estado deve elaborar políticas integrando princípios de preservação e conservação dos recursos naturais baseados em análises e estudos científicos, construindo um modelo com foco na sustentabilidade. Para que ocorra o desenvolvimento sustentável, os diversos membros da sociedade organizada devem se conscientizar da utilização do patrimônio natural de forma racionada mantendo-o íntegro para as gerações futuras.

É válido destacar a importância da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, que aconteceu em 2012, no Rio de Janeiro. Esse evento teve como objetivo a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto, e do tratamento de temas novos e emergentes. Nos debates discutiu-se a respeito de quais seriam as melhores ações políticas (soluções) para efetivar o desenvolvimento, visto que, é difícil estabelecer um modelo aplicável que conduza a isso (SACHS, 2012).

O equilíbrio pretendido entre a atividade humana, o desenvolvimento e a proteção do ambiente exige uma repartição de responsabilidades claramente definidas quanto ao consumo e ao comportamento face aos recursos naturais. Isso implica a integração de considerações ambientais na formulação e aplicação das políticas econômicas e setoriais, nas decisões das autoridades públicas, na operação e no desenvolvimento dos processos de produção, nos comportamentos e nas escolhas individuais (BENI, 2003).

O setor de serviços tem tido um crescimento significativo, destacando-se na geração de recursos financeiros para economia mundial. No mês de julho de 2015, no Brasil, foi registrado um crescimento nominal de 2,1%, em comparação com igual mês do ano anterior, repetindo a taxa de junho e superando a de maio (1,1%). A variação acumulada no ano atingiu 2,2%, em 12 meses (IBGE, 2015). O turismo pertence a este setor e tem sido discutido como uma atividade socioeconômica capaz de empreender desenvolvimento em diversos aspectos (econômicos, estruturais e sociais). Seu maior benefício ocorre junto à economia, a partir da inserção da população local no mercado de trabalho, geração de novos postos de emprego (diretos e indiretos), aumento do Produto Interno Bruto (PIB) da região e estímulo a novos investimentos em infraestrutura básica e complementar.

Compreende-se que a atividade turística tem relação direta com o meio ambiente, uma vez que, se apropria dos recursos naturais com a intenção de comercializá-los enquanto serviços para obter retorno econômico. Diante desse viés, ressalta-se a necessidade de articulação das políticas públicas ambientais e de turismo, no sentido de regular ações que focalizem o desenvolvimento sustentável no setor turístico visando salvaguardar os bens do sistema ambiental.

Implementar modelos gerenciais do turismo que contemplem ações em defesa ao meio ambiente é pensar de forma planejada e racional, valorizando os recursos naturais, elementos que atraem visitantes as regiões turísticas. Sendo assim, a gestão pública, o *trade* turístico, conjunto de organizações privadas envolvidas na cadeia produtiva dessa atividade, e os demais atores das comunidades receptoras devem ser conscientes dos impactos positivos e negativos gerados (BORBA; BARRETTO, 2015). Neste contexto, Beni (2006) descreve o turismo como um sistema aberto e complexo, o qual deve ser gerenciado por meio da relação de causas e efeitos da sua operacionalização.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) aponta como componente central no processo de planejamento e gerenciamento turístico, a definição e uso de indicadores de sustentabilidade, o que torna possível monitorar as mudanças ao longo dos tempos, de maneira constante e consciente, orientando quando é necessário agir ou alterar as políticas públicas (OMT, 2005). A identificação e escolha desses indicadores são etapas relevantes na análise da sustentabilidade turística. A partir deles é possível gerar um conjunto de informações para definição das ações futuras a serem adotadas com práticas sustentáveis (OMT, 2005).

A comunidade de Barra Grande, destino turístico localizado no município de Cajueiro da Praia, Piauí, na Área de Proteção Ambiental (APA) do Delta do Parnaíba foi objeto de

investigação deste estudo. O turismo nessa região cresceu nas últimas décadas gerando mudanças estruturais, sociais e ambientais, como: a) a implementação de políticas para área estudada em todas as esferas governamentais; b) construção de empreendimentos hoteleiros (pousadas, hotéis e resorts<sup>1</sup>); c) chegada de estrangeiros e brasileiros de outros estados interessados em empreender e residir na comunidade; d) aumento da especulação imobiliária; e, e) participação dos moradores em alguma atividade que tenha relação com o turismo, mesmo que não diretamente. Destaca-se que Barra Grande apresenta características naturais relevantes, como ventos fortes ideais para práticas esportivas radicais (*Kitesurf*<sup>2</sup>), área costeira e de manguezais com diversificação da flora e fauna, dentre outros fatores, que comprovam sua atratividade e necessidade de conservação.

O processo de turistificação acarreta consigo impactos transformando a realidade dos lugares onde acontece. Contudo, a maneira como esses impactos são percebidos por quem mora nas localidades receptoras (nativos) é diferente de quem vai como turista, com olhar de visitante. No caso de Barra Grande, houve crescimento na instalação de equipamentos turísticos (meios de hospedagem e restaurantes), quase todos de propriedade de estrangeiros ou brasileiros não nativos. Apesar dessa situação gerar emprego e renda, movimentar a economia local e empreender mudanças socioculturais com as trocas de vivências e costumes entre os atores citados, é fato, que o nativo permanece sendo coadjuvante nesse processo.

O aumento da infraestrutura turística sem controle de impactos ambientais pelos órgãos da gestão pública tem como consequência a instalação de empreendimentos em ambientes naturais frágeis passíveis de fragmentação, comprometendo espécies da flora e fauna de estarem em seu habitat original. Em Barra Grande, por exemplo, foi observada significativa quantidade de resíduos decorrentes da construção civil, e ainda, o aumento na produção de resíduos sólidos nos períodos de maior fluxo turístico, em que esse lixo é despejado em uma área de mangue. Neste sentido, essa pesquisa utilizou indicadores de sustentabilidade ambiental como instrumentos para identificar problemas ambientais na comunidade estudada, e, conseqüentemente, sugerir ações estratégicas de planejamento e gestão para solucioná-los.

Do ponto de vista da atividade turística, esse tipo de monitoramento constitui uma ferramenta eficaz e direcionada para que o turismo se desenvolva focado na sustentabilidade ambiental dos destinos, melhorando as políticas deste e do meio ambiente (HANAI, 2009;

---

<sup>1</sup> Hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento (BRASIL, 2010b).

<sup>2</sup> Esporte que combina elementos do *Surf* e *Windsurf*, praticado em rios, lagos e mares, desde que tenham ventos de aproximadamente 12 nós (LUCENA; SILVA; BRASILEIRO, 2013).

SANTOS, 2013). Para isso foram escolhidos três indicadores ambientais estabelecidos pelo Estudo de Desenvolvimento Sustentável do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Sendo o abastecimento de água, o esgotamento sanitário e a coleta/destinação final do lixo. Posteriormente, os resultados destes indicadores foram aplicados utilizando a metodologia Pressão-Estado-Resposta (PER), marco ordenador, adotado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), apresentando os agentes que geram pressão (efeitos) ao meio natural, qualificando o estado desse meio e a existência de iniciativas de reposta da gestão local aos efeitos ambientais em Barra Grande (TRENTIN; SANSOLO, 2006; ALMEIDA, 2010).

Diante do exposto, a problemática de pesquisa baseia-se na discussão de questões levantadas, dentre outras: O turismo em Barra Grande contribui para o desenvolvimento local? Qual a realidade dos serviços de infraestrutura básica do abastecimento de água, tratamento de esgoto, coleta e destinação dos resíduos sólidos em Barra Grande? Quais são os efeitos ambientais do abastecimento de água, tratamento dos dejetos, coleta e destinação do lixo provenientes dos meios de hospedagem em Barra Grande?

Para isso se estabeleceu verificar como hipótese se as formas de captação e distribuição da água, da coleta e destinação dos resíduos sólidos e o tratamento dos dejetos nos meios de hospedagem estão de acordo com os parâmetros qualitativos propostos pelos indicadores de sustentabilidade ambiental do IBGE.

Buscando atender aos questionamentos e as hipóteses propostas, elencou-se como objetivo geral - identificar efeitos ambientais da infraestrutura turística em Barra Grande, considerando indicadores de sustentabilidade ambiental. E, como objetivos específicos, caracterizar o turismo desenvolvido no contexto da comunidade de Barra Grande; descrever os efeitos ambientais das atividades dos meios de hospedagem, utilizando os indicadores ambientais de saneamento do IBGE - 2012; e, apresentar a situação dos serviços de infraestrutura básica referentes à água, ao tratamento de dejetos, à coleta e à destinação do lixo local.

Dessa forma, na seção 2 - **Procedimentos Metodológicos** - apresentou-se a metodologia utilizada na pesquisa e a configuração de suas referidas etapas. Na seção 3 - **Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas** - abordou-se a relação entre o Desenvolvimento Sustentável e as políticas públicas, demonstrando como a elaboração dessas normatizações interfere diretamente na aplicabilidade das ações desenvolvimentistas. Além de sugerir o turismo como uma atividade capaz de empreender desenvolvimento se utilizar indicadores que possam representar a realidade do contexto explorado. Na seção 4 - **Políticas**

**Públicas de Turismo no Brasil uma Análise sob o Viés da Sustentabilidade Ambiental** - se discorreu sobre as políticas públicas brasileiras do segmento em questão e como é abordada a temática ambiental, eixo necessário para a ocorrência do turismo com bases sustentáveis. A seção 5 - **O Turismo no Estado do Piauí** - versou sobre o turismo piauiense no Polo Costa do Delta, área que abrange a comunidade de Barra Grande e o município de Cajueiro da Praia. Na seção 6 - **Caracterização dos Meios de Hospedagem quanto aos Indicadores Ambientais** - apresentou-se o processo de desenvolvimento turístico, que vem acontecendo em Barra Grande, além da análise dos dados resultantes da coleta dos indicadores nos meios de hospedagem. Por fim, nas **Conclusões**, além de síntese dos resultados encontrados na pesquisa, foram apontadas sugestões, que podem servir como instrumentos eficazes na formulação e aplicação de políticas públicas sustentáveis para a comunidade pesquisada.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada leitura, interpretação, análise de fontes primárias e secundárias com objetivo de obter suporte na definição da teoria adotada como referência. A escolha dos indicadores se deu com base na publicação - Indicadores de Sustentabilidade do IBGE - 2012. Esse estudo tem como orientação as recomendações da Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS) da ONU, com adaptações à realidade nacional. O IBGE publicou a primeira edição em 2002, e deu continuidade a esta, nos anos de 2004, 2008, 2010, e, por fim, no ano de 2012 (IBGE, 2012).

Destaca-se que o estudo contempla quatro dimensões da sustentabilidade, sendo respectivamente: ambiental, social, econômica e institucional, em que cada uma delas apresenta indicadores específicos (IBGE, 2012). A dimensão ambiental relaciona objetivos de preservação e conservação do meio ambiente, essenciais para a qualidade de vida das gerações atuais e futuras. Nessa pesquisa foi selecionada a dimensão ambiental, organizada nos temas: atmosfera; terra; água doce; oceanos, mares e áreas costeiras; biodiversidade e saneamento, sendo este, o único utilizado para coletar os dados (IBGE, 2012).

Optou-se por trabalhar com o tema saneamento, que reúne os indicadores relacionados ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta e destinação final de lixo, pois igualmente expressam pressões sobre os recursos naturais, ações da política ambiental e influência na saúde da população (IBGE, 2012). Além do mais, esse tema é um bom exemplo da inter-relação das referidas dimensões, quando se toma como paradigma o desenvolvimento sustentável, fato que legitima a proposta interdisciplinar da pesquisa realizada em Barra Grande.

O levantamento bibliográfico foi feito durante toda a elaboração e escrita da dissertação, primariamente em livros que tratam das temáticas: turismo e meio ambiente, políticas públicas, desenvolvimento sustentável e indicadores de sustentabilidade. Depois acessando os principais bancos nacionais de dados em busca de artigos de periódicos, teses e dissertações correlatas ao tema para que se pudesse construir o referencial teórico de forma consistente embasado em pesquisas que utilizaram a metodologia proposta.

Quanto à análise documental, num primeiro momento foi feita na página da web de algumas instituições, caso não tivesse acesso aos documentos por esse meio, fazia-se visitas *in loco*. Estas ocorreram na Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMAR), localizada em Teresina (PI), no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos

Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), localizado em Parnaíba (PI), na Secretaria Estadual de Turismo (SETUR), localizada em Teresina (PI) e na Prefeitura de Cajueiro da Praia (PI).

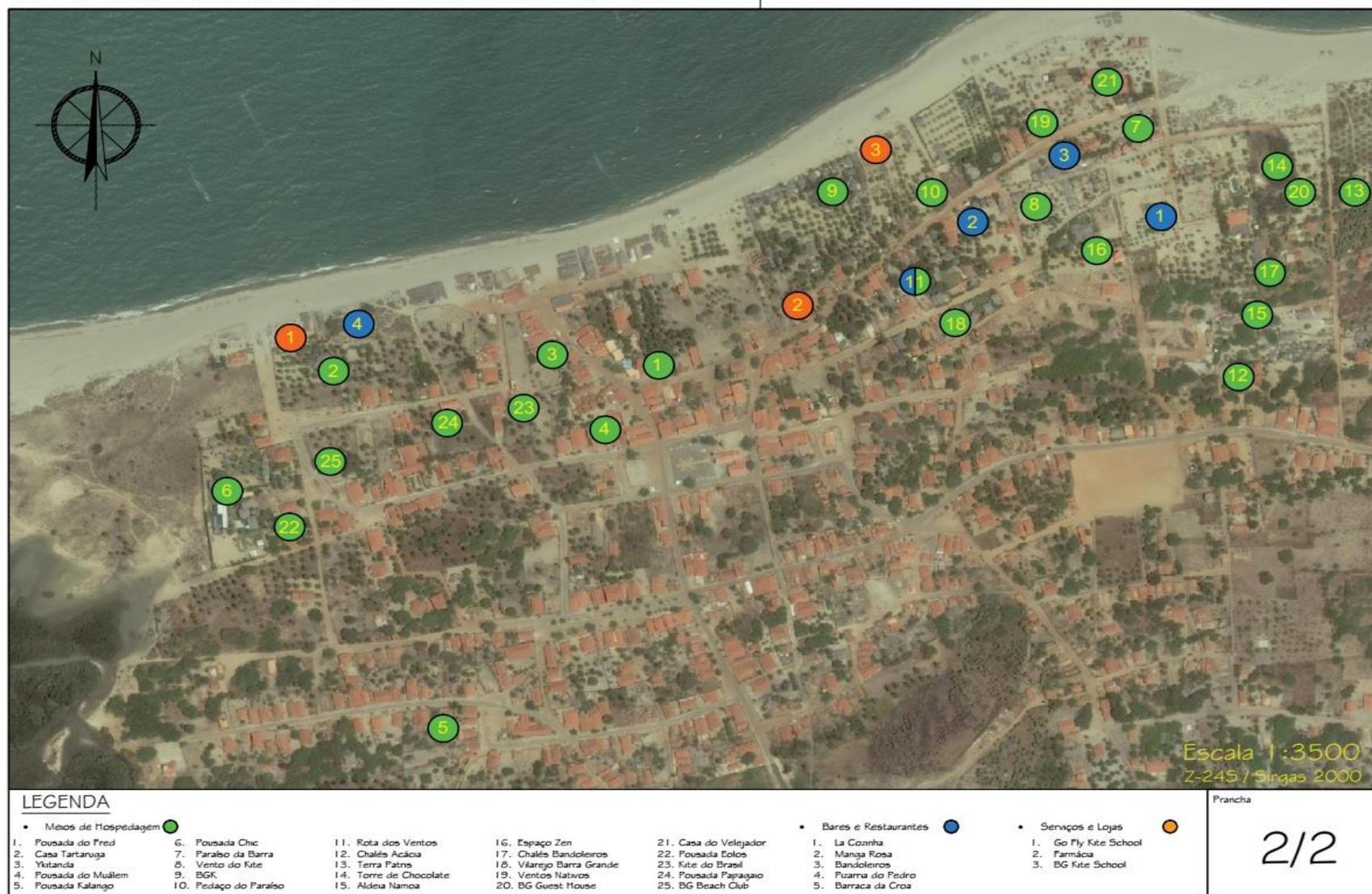
Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí (UFPI), com registro 46094215.3.0000.5214, atendendo ao que pressupõe a Resolução 466/2012 da Comissão Nacional de Ética e Pesquisa do Ministério da Saúde. O levantamento dos dados qualitativos foi realizado por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas e específicas (APÊNDICES A e B) com: o Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Cajueiro da Praia e com os proprietários ou gestores dos empreendimentos de hospedagem, os quais concordaram em assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNCIDE C).

Os meios de hospedagem foram selecionados, por meio de um croqui ilustrativo, disponibilizado no site da Associação de Proprietários de Pousadas de Barra Grande. Utilizou-se esse croqui, pois na Prefeitura e Secretaria de Turismo (SETUR) do município de Cajueiro da Praia não há dados registrados, que comprovem o quantitativo existente na comunidade. Além do mais, durante a pesquisa de campo, constataram-se empreendimentos em construção e que ainda não iniciaram suas atividades enquanto empresa. Fato que os excluíram de ser pesquisados.

Para amostra, foram selecionadas as pousadas apresentadas na figura 1, contabilizando 25. Ressalta-se que todas foram visitadas, porém, participaram efetivamente 21 meios de hospedagem. Três proprietários não participaram por não terem interesse e uma das hospedagens estava fechada, contabilizando as quatro, que não fizeram parte da amostra. As visitas aconteceram em três momentos, no período de 04 de maio a 20 de novembro de 2015, não sendo estabelecido previamente um roteiro estipulando a ordem. Dessa forma, as visitas ocorreram de acordo com a disponibilidade de acesso ao local.

Optou-se por trabalhar com os meios de hospedagem, em virtude da pressão que exercem ao meio ambiente e por fazerem parte do *trade* turístico. Ressalva-se que durante a aplicação da pesquisa com o Secretário de Turismo municipal não se obteve informações do quantitativo de hospedagens e nem das características de seus serviços. Sendo esse banco de dados (consequência das visitas de campo) de grande contribuição social ao município.

Figura 1 - Imagem de satélite ilustrando os meios de hospedagem da Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



Fonte: Bing Maps (2016) adaptado por Ozian Gomes Feijó, 2016.

No processo de seleção dos indicadores, foram considerados alguns critérios, conforme recomendação da OMT (2005), são: possibilidade de obtenção de dados; credibilidade e facilidade de compreensão; possibilidade de detectar as tendências no tempo e a comparação entre zonas; previsão de sustentabilidade do indicador e disponibilidade de valores de referência. De modo que as informações coletadas sobre os indicadores propostos nos meios de hospedagem foram agrupadas em um quadro, qualificando o estado atual destes. Posteriormente, foram feitas as análises e discussões da situação encontrada nos sujeitos da pesquisa (meios de hospedagem) para se comparar com os parâmetros do estudo do IBGE.

O (Quadro 1) apresenta os parâmetros utilizados pelo IBGE, em que os indicadores abordados estão na primeira coluna; na segunda coluna, a qualificação para o que seria considerado como adequado e a terceira coluna apresenta o que, para o estudo, é visto como inadequado (IBGE, 2012).

**Quadro 1** - Parâmetros dos Indicadores de Saneamento

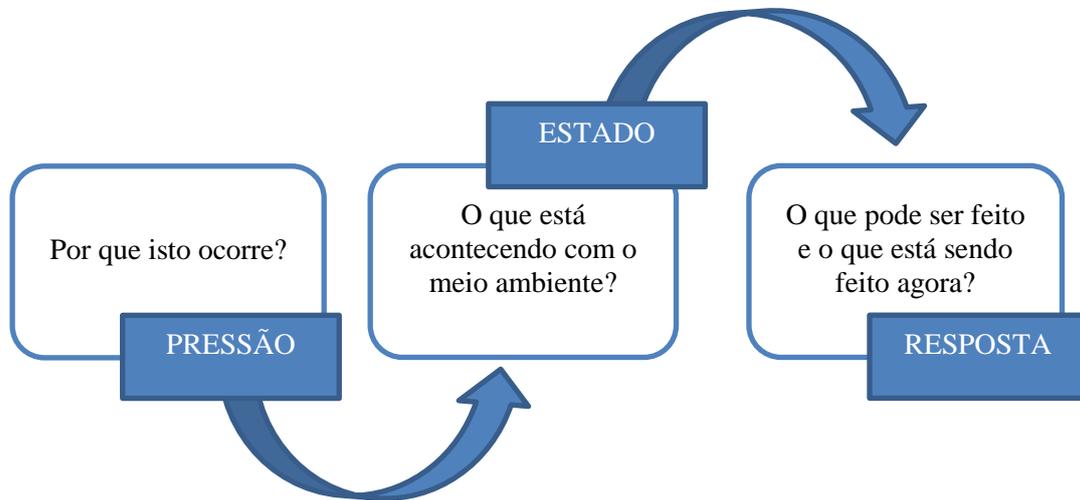
INDICADORES	QUALIDADE DA OFERTA	
	ADEQUADO	INADEQUADO
Abastecimento de água	Rede de abastecimento geral	Abastecimento domiciliar (poço, nascente, água de chuva e etc.).
Esgotamento sanitário	Rede coletora ou fossa séptica; Tratamento em ETE	Sem rede ou fossa séptica; despejo sem tratamento adequado.
Coleta e destinação final do lixo	Coleta de lixo doméstico; aterros sanitários ou estações de (triagem, reciclagem e compostagem).	Sem coleta de lixo doméstico; vazadouros a céu aberto ou áreas alagadas e queima a céu aberto.

**Fonte:** IBGE (2012) adaptado por Anderson Fontenele Vieira, 2015.

Por fim, foi elaborado diagnóstico ambiental por meio da aplicação do Modelo PER (Figura 2), para se compreender os efeitos das atividades dos meios de hospedagem participantes do estudo. Essa forma de classificação dos indicadores aborda os problemas ambientais segundo uma relação de causalidade. De maneira geral, o modelo busca descrever a dinâmica de um efeito ao meio ambiente; por exemplo, a pressão ambiental da deposição de esgotos em um rio. Tais pressões alteram o estado do sistema ambiental, reduzindo a qualidade da água ou a diversidade de espécies. Essas alterações, por seu turno, conduzem a

respostas dos governos ou das instituições (entre os quais, o próprio mercado) (TAYRA; RIBEIRO, 2006).

**Figura 2 - Modelo PER (Pressão-Estado-Resposta)**



**Fonte:** OECD (2001) adaptado por Anderson Fontenele Vieira, 2015.

### 3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E POLÍTICAS PÚBLICAS

A temática desenvolvimentista apresenta diversas abordagens metodológicas e conceituais, que objetivam definir um termo abrangente e empregado em muitos contextos e áreas de estudo. Nessa seção serão apontados alguns desses conceitos, com enfoque para o desenvolvimento sustentável, enquanto possível fio condutor na redução de impactos do crescimento socioeconômico de um local.

Foi feita uma conexão desse modelo de desenvolvimento, que preconiza o equilíbrio de dimensões como um todo, com as políticas públicas setoriais de turismo e meio ambiente. Destaca-se que, com a existência de políticas bem elaboradas e balizadoras no controle desse processo, possivelmente, se efetiva a integração igualitária das dimensões propostas.

#### 3.1 DESENVOLVIMENTO: UMA DISCUSSÃO SOBRE CONCEITOS

O termo desenvolvimento costuma remeter ao progresso, crescimento, melhoria da qualidade de vida, sobretudo, referente à situação econômica. “A partir dos anos 30 do século XX, [...] foram enviados esforços na maioria dos países do mundo para proporcionar um desenvolvimento econômico, [...] sinônimo de crescimento” (CAVALCANTI, 2003, p. 9).

Em Coriolano (2001, p. 25), encontra-se o seguinte esclarecimento,

Entende-se por desenvolvimento um processo de produção de riqueza com partilha e distribuição com equidade, conforme as necessidades das pessoas, ou seja, com justiça. O desenvolvimento não se refere apenas à economia, ao contrário, a economia deve ser tomada em função do desenvolvimento. Um dos maiores desafios da sociedade atual é promover o desenvolvimento centrado no homem.

Portanto, esse processo não deve evidenciar somente o crescimento econômico e suas consequências, mas também, o desenvolvimento do homem enquanto ser social. Sendo assim, se a Economia de um País apresenta boas projeções e aumento no PIB, essa renda deve ser convertida em investimentos nas áreas básicas de atuação do Estado, como: saúde, educação, cultura, infraestrutura, lazer, dentre outras, para que a população tenha o desenvolvimento social como uma de suas características na busca pela igualdade.

Nesta perspectiva, Sen (2000) afirma que “o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”. Esse autor, também, ressalta que:

A liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões: 1) A razão avaliatória: a avaliação do progresso tem de ser feita verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas. 2) A razão da eficácia: a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas. (SEN, 2000, p. 18).

Em outras palavras, o desenvolvimento está intrinsecamente ligado à ideia de liberdade, em virtude da necessidade das pessoas terem condições que as tornem independentes. De fato, sabe-se que a sociedade constitui um ambiente em que a dependência é necessária, onde as pessoas precisam umas das outras por conta das relações sociais. Considerando ao invés de pessoas, o desenvolvimento de regiões/estados, percebe-se que a obtenção desse progresso possibilita um posicionamento de “independência” perante os outros. Por exemplo, pode-se dizer que os Estados Unidos, país da América do Norte, possuem diante às outras nações, relativa hegemonia, estabilidade socioeconômica e política.

Em síntese, quando nos concentramos nas liberdades, sejam elas coletivas ou não, ao avaliar o desenvolvimento não é sugerido que exista algum critério de desenvolvimento único e preciso segundo o qual as diferentes experiências desse processo sempre possam ser comparadas e classificadas (SEN, 2000). Outro ponto a ser destacado, de acordo com Mielke (2009, p. 14), é que “o processo de desenvolvimento está intrinsecamente ligado à existência de um ambiente político e/ou institucional favorável na comunidade, pois sem ele se torna difícil estabelecer as relações de cooperação necessárias ao processo de forma equilibrada.”

Dessa maneira, o desenvolvimento deve acontecer em um ambiente no qual os poderes (público e privado) trabalhem em conjunto, desempenhando uma gestão capaz de estabelecer o papel de cada membro da comunidade. Na verdade, essa integração entre a comunidade e a gestão local é essencial para que as estratégias de desenvolvimento possam ser convertidas de forma participativa.

De acordo com Sen (2000, p. 71), “o processo de desenvolvimento é crucialmente influenciado pelas inter-relações (facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais) [...]” Dentro desta mesma linha, Cavalcanti (2003, p. 25) aponta o “desenvolvimento como o processo de articulação das estruturas políticas, sociais e econômicas de um País com o objetivo de garantir o bem-estar de sua população.”

Em ambos os conceitos, observa-se a relação feita entre três esferas distintas, mas que têm uma grande ligação entre si, sendo essas consideradas os principais meios de mensurar o desenvolvimento. Diante do exposto, é válido destacar o surgimento de “duas novas concepções sobre a Teoria do Desenvolvimento: o Desenvolvimento Integral Humano e o

Ecodesenvolvimento” (CAVALCANTI, 2003, p. 27). Essas teorias apresentam posicionamentos distintos quanto ao que consideram ser desenvolvimento.

Na concepção sobre o Desenvolvimento Integral Humano, observaram-se os valores individuais e dos grupos considerando o desenvolvimento do ser humano integral ou vital, e ampliando a gama de opções das pessoas. No âmbito desse processo, duas categorias de necessidades deveriam ser satisfeitas: as existenciais e as de valores. Já na concepção de Ecodesenvolvimento, o nível ecológico foi incorporado, pois, o meio ambiente passou a ser defendido como uma estratégia alternativa de desenvolvimento centrada na cultura dos grupos e na apropriação dos recursos naturais por parte da comunidade. A partir daí, as teorias sobre desenvolvimento começaram a observar a importância da temática meio ambiente para a concretização do processo desenvolvimentista (CAVALCANTI, 2003).

Pensar em desenvolvimento sem considerar a perspectiva da sustentabilidade ambiental é não pensar em longo prazo. Mas para que serve esse modelo desenvolvimentista? O conceito de desenvolvimento sustentável vem adquirindo cada vez mais destaque e aceitação, pois a preocupação da sociedade com o futuro do planeta tem sido constante. Sendo que, essa forma de desenvolvimento objetiva a preservação das condições já existentes e a sua manutenção para atender as gerações futuras em diversos segmentos tais como o social, o econômico, o espacial, o cultural e, sobretudo, o ambiental.

Por exemplo, em Montibeller-Filho (2001, p. 42), será encontrado como base “a preocupação com a preservação do meio ambiente conjugada com a melhoria das condições socioeconômicas da população” e tal atitude “fez surgir o conceito de Ecodesenvolvimento, depois substituído pelo de desenvolvimento sustentável.”

Efetivamente, o desenvolvimento sustentável tem como um dos seus principais focos a preservação do meio ambiente, porém, agrega a esse processo a integração de dimensões, como a social e a econômica, além de outras que serão inseridas no decorrer da discussão. Dentro desta perspectiva Leff (2006, p. 78) sugere que:

O planejamento de políticas ambientais para um desenvolvimento sustentável, baseado no manejo integrado dos recursos naturais, tecnológicos e culturais de uma sociedade, conduz à necessidade de compreender as inter-relações que se estabelecem entre os processos históricos, econômicos, ecológicos e culturais no desenvolvimento das forças produtivas da sociedade.

Portanto, é importante que o processo de desenvolvimento sustentável seja planejado levando-se em consideração a integração dos diferentes recursos de uma sociedade, pois,

mediante isso, serão compreendidas as inter-relações no âmbito dessa sociedade. Em resumo, quando se fala em desenvolvimento sustentável, inicialmente, se faz referência às questões ambientais, porém é importante que esse processo não priorize unicamente a esfera ambiental, e sim, que faça uma ligação entre as outras dimensões do desenvolvimento.

Nesse contexto, Barbosa (2008) considera a existência de três processos de desenvolvimento distintos, cada um com suas próprias imposições sendo produzidas, ao mesmo tempo, em nível regional: o econômico, o ambiental e o da comunidade. Destaca-se, ainda, que essas imposições muitas vezes são contraditórias, pois cada esfera tem interesses específicos, mas o desenvolvimento sustentável visa colaborar com a integração e o equilíbrio.

No referente ao desenvolvimento social, abrange, sobretudo, as melhorias quanto aos aspectos sociais da população de uma determinada região. Visto que, essas melhorias se concretizam de fato, com a diminuição das desigualdades sociais existentes. Por um lado, adverte-se que as relações entre o econômico e o social são complexas.

Na visão de Kliksberg (1998, p. 33 e 34),

[...] o desenvolvimento social parece, na experiência concreta, um processo vital para que possa existir um desenvolvimento econômico sustentado. Os investimentos em capital humano e capital social e melhoria da equidade, além de fins em si mesmos a partir da perspectiva de sociedades democráticas, são necessárias para que o crescimento econômico possa ter bases firmes.

Por exemplo, os países considerados de Primeiro Mundo, geralmente, apresentam um alto nível de crescimento econômico alinhado ao desenvolvimento de sua sociedade, fator essencial para lhes conduzir a uma visão mais igualitária. Portanto, a população residente nessas nações apresenta altos índices de desenvolvimento social em todos os aspectos, possibilitando uma boa qualidade de vida e o aumento das expectativas. Reforçando essa ideia Kliksberg (1998, p. 36) afirma que:

As sociedades que conseguiram combinar ambos os tipos de desenvolvimento (econômico e social) estão entre as mais avançadas do planeta e demonstram, com seu exemplo, que esta integração é factível. Assim, países como Canadá, Noruega, Suécia, Dinamarca, Holanda, Bélgica, Japão, os do Sudeste Asiático, Israel, entre outros, encontram-se em posições de vanguarda, tanto na tabela de resultados macroeconômicos de êxito, como de indicadores de desenvolvimento humano.

De fato, o desenvolvimento social corresponde a um processo capaz de ser mensurado, observando-se índices, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que avalia o crescimento de uma sociedade, por meio, de sua economia e indicadores de qualidade de vida. Assim, uma população que apresenta elevados números de desenvolvimento das necessidades básicas e complementares possui desenvolvimento social satisfatório. Para que isso aconteça, é responsabilidade da gestão em nível de nação, estados e municípios, a elaboração de políticas fortalecedoras em âmbito social, que beneficiem, prioritariamente, as camadas sociais mais baixas.

Conforme o exposto, é imprescindível dissociar crescimento econômico de desenvolvimento social. A experiência histórica das últimas décadas indica que, diante da tradicional desarticulação entre o econômico e o social, é possível se pensar numa articulação integral entre ambos. As novas tendências abertas no debate sobre o desenvolvimento social obrigam, por sua vez, uma revisão das posições sobre a função a ser cumprida pelo Estado (KLIKSBERG, 1998).

Dessa forma, para que o desenvolvimento social possa se concretizar, seria necessário que todas as pessoas de uma região fossem detentoras dos mesmos direitos e padrões de vida, no mínimo, no que concerne às necessidades básicas dos seres humanos. Acredita-se que as estratégias de desenvolvimento local são capazes de proporcionar crescimento, tanto para localidade, quanto para sua população, visto que são necessárias condições que viabilizem a ocorrência desse processo impulsionando a comunidade, junto à gestão local na participação, e efetivamente, trazendo benefícios na dimensão comunitária.

De fato, o desenvolvimento deve primar pela utilização dos recursos da comunidade, para que possa caracterizar-se como integrado, além de favorecer seus participantes constituindo sua particularidade enquanto endógeno. Sendo que engloba outros tipos de desenvolvimento, como o sustentável. De acordo com Mielke (2009, p. 34), o desenvolvimento local:

[...] representa todo um processo em que as comunidades locais, dispendo evidentemente de recursos intelectuais e financeiros, criam-se oportunidades de promoção do bem-estar coletivo, implementando atividades que de alguma maneira dinamizem a economia em pequena escala, gerando, além de crescimento, desenvolvimento local.

Ao relacionar desenvolvimento local com o desenvolvimento da atividade turística percebe-se que a participação da comunidade se faz essencial em ambos os processos. Então é necessária a existência de meios que possam fomentar esse procedimento, em que, a

população participe ativamente. Vale ressaltar que, para o desempenho desse papel ativo por parte da comunidade deve haver subsídios, que possibilitem o interesse comunitário em integrar o processo de desenvolvimento local.

Ainda na visão de Mielke (2009, p. 34), “o desenvolvimento local, surge a partir da geração de iniciativas por parte da gestão local, promovendo impactos locais, marcados pela valorização do patrimônio sociocultural regional”. Posto que, as comunidades dispoem de evidentes recursos intelectuais e financeiros, criam oportunidades de promoção do bem-estar coletivo, implementando atividades que, de alguma maneira, dinamizem a economia em pequena escala, gerando o desenvolvimento local (MIELKE, 2009).

Sendo assim, Coriolano (2012, p. 64) considera que:

O desenvolvimento local é aquele realizado em pequenos lugares de forma participativa, levando a mudanças sócioestruturais, com caráter endógeno. Nele, os habitantes possuem relativa autonomia, para explorar o potencial do território que beneficie a maioria deles, e decidir como cada um pode contribuir com inovações. São os residentes os agentes principais do desenrolar de todo processo de desenvolvimento e zelam pela qualidade dos relacionamentos interpessoais, interinstitucionais, aproveitam as sinergias em benefício da coletividade.

Nesta perspectiva, percebe-se nas visões de Mielke e Coriolano, que as iniciativas devem vir da decisão do poder público e privado, por meio, de medidas que valorizem as características locais e promovam estratégias de desenvolvimento para comunidade. Esses subsídios objetivam integrar todos os indivíduos, que devem ser beneficiados e, a partir daí, sentir-se motivados por fazerem parte desse ciclo construtivo. As oportunidades geradas devem beneficiar a coletividade, em que cada membro da população local participa do processo, estimando a consolidação de condições igualitárias para todos os grupos da sociedade.

Em outras palavras, a definição de tal nomenclatura abarca três dimensões: a **econômica**, em que os empresários utilizam a capacidade do município de produzir e inovar com objetivo de melhorar sua competitividade e seus resultados; a **sociocultural**, em que a preservação dos valores culturais dos atores sociais envolvidos diretamente e das comunidades de entorno constitui a base de sustentabilidade; e a **política administrativa**, pois a própria organização comunitária, quando consolidada, tem um papel fundamental na gerência do processo de desenvolvimento local como um todo, na medida em que deve por obrigação buscar a manutenção do equilíbrio das relações entre todos os elementos que

compõem o processo, criando um ambiente propício ao surgimento de sinergias e oferecendo base legal na defesa de seus interesses (MIELKE, 2009).

### 3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E A INTER-RELAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A gestão pública atual apresenta um enfoque voltado para descentralização das instituições otimizando a efetividade das ações no âmbito das diretrizes e normas regulatórias. Nesse contexto, os gestores públicos têm como um de seus objetivos empreender princípios norteadores para gerir as diferentes esferas estatais, conduzindo a ações assertivas e coerentes com as demandas do território (VIEIRA; ARAÚJO, 2015). Dessa maneira, “a função que o Estado desempenha em nossa sociedade sofreu inúmeras transformações [...]. No século XVIII e XIX, seu principal objetivo era a segurança pública e a defesa externa [...]” (LOPES; AMARAL, 2008, p. 5).

As políticas públicas são os instrumentos elaborados e utilizados para condução de ações nas diversas áreas de responsabilidade dos governos. De acordo com Lopes e Amaral (2008, p. 5) são: um “[...] conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade [...]”. Nessa perspectiva, precisa-se pensar que o Estado é dividido em três esferas: federal, estadual e municipal, em que cada uma delas tem suas responsabilidades individualizadas e interligadas, visando à garantia do bem-estar social assegurado à população em geral.

Para Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998, p. 954), a política se qualifica por:

[...] atos como o ordenar ou proibir alguma coisa com efeitos vinculadores para todos os membros de um determinado grupo social, o exercício de um domínio exclusivo sobre um determinado território, o legislar através de normas válidas *erga omnes*, o tirar e transferir recursos de um setor da sociedade para outros, etc; outras vezes ela é objeto, quando são referidas à esfera da Política ações como a conquista, a manutenção, a defesa, a ampliação, o robustecimento, a derrubada, a destruição do poder estatal, etc.

Para Faria (2003, p. 22), há hoje “[...] uma Babel de abordagens, teorizações incipientes e vertentes analíticas que buscam dar inteligibilidade à diversificação dos processos de formação e gestão das políticas públicas [...]”. De acordo com esse autor, vive-se em um mundo cada vez mais caracterizado pela interdependência, incerteza e complexidade quanto às questões que demandam regulação, em que o conhecimento assume lugar de destaque (FARIA, 2003).

Com relação a estudos sobre políticas públicas, uma consideração importante quanto à análise do conteúdo destas feitas por (FREY, 2000, p. 214) diz que:

[...] não se restringe meramente a aumentar o conhecimento sobre planos, programas e projetos desenvolvidos e implementados pelas políticas setoriais. Visando à explanação das leis e princípios próprios das políticas específicas, a abordagem pretende analisar a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos da política como arcabouço dos questionamentos tradicionais da ciência política.

Nesta dissertação, a abordagem objetiva expor à inter-relação entre as instituições públicas responsáveis por elaborar, gerir e aplicar as políticas com bases sustentáveis. Para Merico (2001) existem três premissas, que constituem a própria essência da sustentabilidade. A primeira trata da crescente exclusão social, fruto de um modelo econômico de crescimento desconectado do atendimento das necessidades humanas. A segunda considera que, por motivo de justiça, as gerações futuras devem receber uma herança, pelo menos, igual ou superior a herança que nossas gerações receberam. Por fim, a terceira, pautada na construção das políticas públicas, é a irreversibilidade e as incertezas, devido ao fato do homem não ter conhecimento científico suficiente para reverter muitos dos impactos causados por ele (MERICCO, 2001).

Reflexões como essa, são relevantes na discussão da composição das políticas rumo à tomada de decisões pautadas no desenvolvimento sustentável. No caso, medir o papel da humanidade quanto aos impactos ao meio, suas consequências para o futuro e como o planeta está vulnerável à incapacidade dos seres humanos de produzirem numa escala menos agressiva e impactante gerando estados irreversíveis. De fato, o contexto atual da globalização, o mercado e o papel do Estado, como aponta Becker (1999), devem ser considerados na construção e implementação das políticas públicas. Com relação ao papel do Estado e o desenvolvimento sustentável, Becker (1999, p. 441 e 442) diz que:

O desenvolvimento sustentável, expressão e instrumento da reestruturação contemporânea, indica que esta não decorre apenas das estratégias globais do capital ou da consciência ecológica, mas igualmente das políticas e ideologias das sociedades territorialmente localizadas, das ONG's e do estado expressos em diferentes projetos de desenvolvimento, num processo que envolve múltiplos conflitos, inclusive no bloco do poder [...]. O papel do Estado é redefinido, deslocado, mas não eliminado. Tende a se recuperar assumindo funções de coordenação e regulação, [...].

Para Becker (1999), o desenvolvimento sustentável surge como uma reestruturação da sociedade frente à atual crise, e que a sustentabilidade é, ou deveria ser, uma ideologia a ser

expressa nas políticas, nos projetos públicos e nas Organizações não Governamentais (ONG's) da sociedade civil. Quanto à atuação do Estado, de agente regulador e coordenador das ações, direcionando e intervindo em conflitos, permanece o mesmo. Porém, as instituições que compõem a esfera estatal criaram órgãos autárquicos, fora dos territórios federais descentralizando suas decisões.

Guimarães (2001) critica a inversão de papéis atual, em que a responsabilidade desenvolvimentista do Estado está sendo atribuída ao mercado e suas necessidades. Nessa mesma linha, Guimarães e Feichas (2009) fazem uso de uma equação, em que a sustentabilidade de dado território sofre a influência de cinco dimensões inter-relacionadas e que se expressam pela equação POETA, em que:

P - significa população em suas diferentes especificidades (tamanho, composição, densidade, dinâmica demográfica); O - organização social (padrões de produção, estratificação social, padrão de resolução de conflitos); E - entorno (ambiente físico e construído, processos ambientais, recursos naturais); T - tecnologia (inovação, progresso técnico, uso de energia); e A - aspirações sociais (padrão de consumo, valores, cultura). Para avaliação do desenvolvimento regional e seu progresso, [...]. (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009, p. 314).

Na verdade, a equação POETA é uma proposta metodológica que sugere alguns elementos que podem promover a sustentabilidade num determinado território, desde que projetados e atingidos por meio de políticas públicas e planejamento. Desse modo, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) (1988) infere que as possibilidades de desenvolvimento são particulares a cada município e devem ser avaliadas no âmbito de sua própria região. Atualmente, o desafio apresentado aos decisores e atores que determinam a agenda pública é precisamente garantir um processo transparente, informativo e participativo para o debate e a tomada de decisões em favor da sustentabilidade (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009).

É interessante contextualizar o surgimento do desenvolvimento sustentável para entender esse novo modelo de desenvolvimento. Durante a década de 1960, emergiu, nos Estados Unidos e na Europa, um enfoque maior para preocupação ambiental. Motivado por movimentos político-sociais que questionavam, dentre outras coisas, os padrões de estilo de vida e o consumismo vigentes (NOBRE; AMAZONAS, 2002). Os países desenvolvidos manifestavam sua preocupação com os efeitos das atividades industriais, com a ocupação do espaço e com a geração de energia, pois já tinham resolvido os problemas de atendimento às necessidades básicas de suas populações (NOBRE; AMAZONAS, 2002).

Contudo, os países em desenvolvimento lidavam com menos prioridade para questão ambiental, pois tinham as necessidades básicas de suas populações como primordiais. No final dos anos de 1960, com a divulgação de estudos impactantes sobre os problemas relativos aos recursos naturais e o aumento populacional, é que a temática ambiental passou a ser vista e pensada como um problema global. Dentre os estudos convém destacar “*The limits to growth*” de MEADOWS (1972), que gerou maior repercussão no sentido de mudança de comportamento frente ao meio ambiente e aos efeitos do modelo de crescimento econômico. Basicamente, o documento questionava a relação entre a lógica de crescimento econômico e de utilização dos recursos naturais, propondo como solução, congelamento do ritmo de crescimento populacional para se alcançar estabilidade nos aspectos econômicos e ecológicos (SWARBROOKE, 2000; NOBRE; AMAZONAS, 2002).

Os estudos divulgados e a preocupação sobre os rumos do crescimento mundial levaram a ONU a debater sobre o tema na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), em Estocolmo (1972) (SWARBROOKE, 2000). De um lado, os países ricos e industrializados defendiam a implantação de controles rigorosos das emissões de poluentes e do crescimento global. Do outro, os países pobres e em desenvolvimento não aceitavam essa imposição ao seu crescimento econômico (VIEIRA; ARAÚJO, 2015).

De fato, o marco efetivo para a incorporação da questão ambiental foi a CNUMAD ou (Rio-92), que reuniu mais de 170 chefes de Estado, teve ampla cobertura de mídia e trouxe o meio ambiente para o centro das discussões mundiais. Contudo, existem críticas quanto aos seus resultados, pois a maioria dos acordos foi conduzida para serem estruturas de ação, do que, instrumentos efetivos de impulso para as mudanças necessárias, consistindo em cartas de intenções sem a definição precisa de prazos e metas (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

Já a CNUDS ou (Rio+20), realizada em 2012, gerou um compromisso político das nações para que até 2015 ocorresse uma mobilização mundial ao estabelecimento de objetivos de desenvolvimento sustentável, reconhecendo a pobreza como o maior desafio. O evento ocorreu em meio a uma crise econômica na Europa, que gerou menor adesão dos líderes mundiais e teve resultados abaixo do esperado, pelos atores sociais, comunidade científica internacional e sociedade civil organizada (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

Destaca-se que o documento final da Conferência, denominado “O Futuro que Queremos,” tem sido qualificado como abrangente, multifocado, desprovido de metas e objetivos concretos a serem atingidos. Afirma-se ainda, que possui pouca capacidade para gerar mudanças nas posturas dos governos quanto às perspectivas de sustentação por um

pensar que atrele desenvolvimento e sustentabilidade nas ações e atividades dos países, empresas e cidadãos (GUIMARÃES; FONTOURA, 2012).

### 3.3 TURISMO: UMA OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO

As políticas públicas de turismo enquanto setoriais, também devem ser incorporadas a um processo liderado pelo Estado para direcionar a atividade em função do equilíbrio das dimensões da sustentabilidade, em que os objetivos e estratégias focalizem no desenvolvimento sustentável (TENTRIN; SAN SOLO, 2006). Foladori (2001) coloca que o desenvolvimento sustentável pode ser alcançado se houver uma revisão profunda de como são estabelecidas as relações sociais de produção, caso contrário, os problemas decorrentes delas, do crescimento da população, continuarão causando impactos irreversíveis e serão tratados apenas os problemas, ou seja, uma solução paliativa, pois a causa não está sendo resolvida.

Assim, “é preciso que fique bem claro que a solução dos problemas ambientais não é de natureza técnica, mas de uma opção político-cultural, pois afinal, a técnica deve servir à sociedade” (FOLADORI, 2001, p. 124). Nessa perspectiva, Foladori (2001, p. 83) quer dizer que técnica corresponde:

As relações do ser humano com seu entorno podem ser desagregadas em três níveis: com o mundo abiótico, com os outros seres vivos e com seus congêneres. As relações com o mundo abiótico e com os outros seres vivos são *relações técnicas*. As relações entre congêneres são *relações sociais*. O ser humano estabelece relações técnicas tanto com a matéria abiótica como com outros seres vivos, por meio do processo produtivo e com o propósito de gerar produtos úteis às suas necessidades. As relações técnicas descrevem o processo de produção, em seu sentido formal, como inter-relação entre o ser humano e a natureza, para mudar a forma desta. Essas relações se modificam segundo o nível de desenvolvimento da técnica, os conhecimentos tecnológicos e científicos e a amplitude de utilização do entorno.

Foladori (2001) aborda não só as relações técnicas como foi apresentado acima, mas o uso de técnicas relacionadas à questão de soluções sobre efeitos, ou seja, mais uma vez, são discutidos os efeitos do sistema e não da causa. Embora o conceito de desenvolvimento sustentável tenha uma conotação extremamente positiva, e tanto o Banco Mundial, quanto Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e outras entidades envolvidas, adotaram-no para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento, que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica (BRÜSEKE, 2001).

Concordando com Brüseke e Foladori, Stahel (1998) também apresenta uma reflexão sobre a crise ecológica relacionando-a com o capitalismo. Nas palavras de Stahel, a crise ecológica é reflexo dessa contradição, do caráter insustentável do próprio capitalismo. Dessa forma, discutir a questão ecológica sem discutir os fundamentos materiais, institucionais e culturais da nossa sociedade, resulta em um discurso vazio.

De acordo com as reflexões apresentadas até o momento, está claro que as discussões sobre desenvolvimento sustentável têm sido realizadas numa perspectiva de interesses capitalistas, sem focar em uma nova forma social de produção. Mas se o discurso defende os recursos e as gerações futuras, e o capitalismo se apresenta contrário ao desenvolvimento sustentável, como então direcionar não só as discussões, mas também, as práticas para que se garanta a sobrevivência do planeta?

De acordo com Sachs (1997, p. 37 e 38), a sustentabilidade é dividida em cinco dimensões: social, econômica, ecológica, espacial e cultural, como pode ser observado:

Sustentabilidade Social [...] construir uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e pobres. Sustentabilidade econômica [...] gerenciamento mais eficientes dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. [...] A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter microeconômico. Sustentabilidade ecológica [...] Ampliar a capacidade de carga da espaçonave Terra, através da criatividade, isto é, intensificando o uso do potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida; [...]. Sustentabilidade espacial [...] a. Reduzir a concentração excessiva nas áreas metropolitanas; b. Frear a distribuição de ecossistemas frágeis, mas de importância, através de processos de colonização sem controle; [...]. Sustentabilidade cultural incluindo a procura de raízes endógenas de processos de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área.

Analisando a sustentabilidade segundo Sachs (1997), observa-se uma conexão de ideias que visam equilibrar essas divisões propostas. No caso da social aponta para melhoria da qualidade de vida e diminuição das diferenças existentes entre ricos e pobres. A sustentabilidade econômica é abordada diretamente por Sachs e a ecológica é relacionada com a manutenção dos recursos que são envolvidos no processo de produção. A espacial relaciona-se com a questão da concentração demográfica em áreas metropolitanas, o uso dos recursos e a capacidade de recuperação dos ecossistemas. Por fim, a sustentabilidade cultural mostra que

os processos de desenvolvimento devem contemplar a continuidade cultural, ou seja, sem que haja ruptura cultural para a introdução de processos ligados ao desenvolvimento.

É inquestionável a participação do turismo como um dos pilares econômicos e ideológicos da atual era da globalização, pois é capaz de gerar retornos financeiros em menor tempo que outras atividades tradicionais, como a industrial. Ocupa papel fundamental na própria reprodução da globalização em um mundo de linguagem que leva a um imaginário comum: a necessidade suprema de consumir - aventuras, destinos, sonhos, fantasias, gostos, culturas etc. - em alguns momentos, fora da rotina que move a grande engrenagem global (SWARBROOKE, 2000; BARRETO, 2006; COOPER, 2007).

As estatísticas do setor de turismo só confirmam sua contribuição no crescimento econômico em nível global. Já na segunda metade do século XX, por exemplo, o fluxo mundial de turistas teve crescimento contínuo, duplicando a cada década, passando de 25 milhões, em 1950, para 456 milhões, em 1990, alcançando 689 milhões em 2000 (OMT, 2003). Na primeira década desse milênio, houve crescimento do setor em todos os anos, com exceção de, 2001, 2003 e 2009, que sofreram retração, principalmente, devido aos reflexos de algumas crises econômicas globais. Porém, o ano de 2010 foi o de maior fluxo de turistas da história (940 milhões), e o de 2008, foi o primeiro em receita global (OLIVEIRA; ROSSETO, 2013; OMT, 2013).

Em 2010, a Europa se manteve como a região com maior fluxo de turistas com 476,7 milhões de visitantes, o que correspondeu à metade de todas as chegadas mundiais (50,4%). Em seguida, aparecem Ásia e Pacífico com 203,8 milhões (21,8%), as Américas com 149,8 milhões (16,2%), o Oriente Médio com 60,3 milhões (6,4%) e a África com 49,2 milhões (5,2%). Os principais destinos turísticos foram: França, Estados Unidos, China e Espanha (OLIVEIRA; ROSSETO, 2013; OMT, 2013).

De acordo com (WTTC, 2015) as previsões da atividade econômica gerada pelo setor eram de incremento para os anos de 2015 e 2025. A WTTC (2015) considera os seguintes fatores: exportações do turismo - soma das despesas no âmbito de um país, efetuadas por turistas internacionais em suas viagens, com inclusão das despesas de transporte; contribuição direta ao PIB - gerada pelos segmentos que lidam de modo direto com os turistas; contribuição total ao PIB - soma da contribuição direta com a produção indireta induzida pelo turismo; contribuição direta ao emprego - número de postos de trabalho no setor; contribuição total ao emprego - soma dos postos de trabalhos diretos e indiretos derivados das atividades turísticas; e investimento - montante a ser investido no setor de turismo.

Isso demonstra a importância econômica crescente do setor, que pode chegar a 10% de contribuição total para o PIB e para a geração de empregos no mundo. As estimativas da OMT (2013), também, foram de crescimento, pois apontam para 2020 um fluxo mundial de turistas de 1,6 bilhões. Os principais países emissores (Alemanha, Japão, Estados Unidos, China e Reino Unido) responderão por 40% deste total e os destinos turísticos mais visitados (China, Estados Unidos, França, Espanha e Hong-Kong) receberão 28,9% ao todo (OMT, 2013).

Apesar de todos esses expressivos números, o turismo não deve ser pensado, somente, enquanto atividade econômica geradora de renda, mas também, deve ser visto como ciência e atividade capaz de transformar a sociedade e os contextos sociais. Neste sentido, o conceito mais aceito para turismo, aborda sobre os deslocamentos humanos feitos de um local de origem para as regiões de entorno ou outros lugares, por diversas finalidades. Para a (OMT, 2003, p. 12) esses deslocamentos, “incluye las actividades que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos al de su entorno habitual, período de tiempo consecutivo inferior a un año, com fines de ocio, por negocios y otros motivos”

Apesar dos aspectos citados, independente do conceito ou ponto de vista sobre o turismo que se tenha, a questão principal consiste em entender qual seu significado para sociedade. Grande parte do fluxo de turistas se concentra nas fronteiras internas das nações mais ricas, que, também, são responsáveis pela emissão da maioria daqueles, que se destinam aos países em desenvolvimento. O turismo efetuado de cidadãos dos países desenvolvidos para as nações em desenvolvimento é caracterizado por turistas que buscam o exótico, o mágico e o folclórico (BARRETO, 2006; COOPER, 2007; LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008; BRASIL, 2013).

As atividades econômicas do turismo são definidas como aquelas nas quais as empresas produzem pelo menos um produto turístico, o qual consiste em um conjunto de bens, atividades e serviços disponibilizados para satisfazer as necessidades dos turistas enquanto estão distantes de suas residências. Portanto, são atividades cuja produção é afetada pelo consumo turístico. É importante destacar que os produtos turísticos possuem uma condição derivada da compreensão e subjetividade do turista, pois cada um percebe de um jeito particular (BARRETO, 2006; COOPER, 2007; LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008; BRASIL, 2013).

Nas últimas quatro décadas, o turismo tem estreitado sua relação com o crescimento econômico mundial e tem gerado impactos positivos para diversos outros setores. Isto em face, de sua capacidade de promover empregos; de atrair investimentos públicos e privados;

de inclusão social; de melhoria e equilíbrio no nível de vida entre regiões; da criação e melhoria de infraestrutura e equipamentos coletivos; estímulo ao desenvolvimento regional e intersetorial; conservação ambiental etc. (BRASIL, 2013).

A questão principal é que a maioria dos gestores não está disposta ou não consegue compreender a importância de suas ações localizadas no delineamento da sustentabilidade de longo prazo de um destino turístico. Todo crescimento e consolidação do turismo como atividade econômica e social, bem como as oportunidades de desenvolvimento que propicia foram ampliados. Todavia, este se tornou mais complexo e requer uma visão holística para se buscar conhecer suas dimensões e crescimento, bem como sobre as consequências futuras (OMT, 2005; BARRETO, 2006; COOPER, 2007).

Os deslocamentos turísticos ampliam-se para além do âmbito interno ou entre países próximos e fronteiriços, passam a ter por função proporcionar o lazer como uso do tempo livre. Movimento esse alicerçado por novos hábitos de viagens face ao desenvolvimento e popularização dos meios de transporte (automóveis, ônibus e aviões), a diversificação de empresas e a organização do turismo, principalmente na Europa. Surgem as primeiras atividades sociais massivas, como os clubes alpinos e da natureza (KRIPPENDORF, 2001; LOHMANN; PANOSSO NETTO, 2008).

No caso do Brasil, em 2010, o número de turistas estrangeiros superou o patamar de 2008, com 5.161.379 chegadas e teve um crescimento de 7,5% em relação ao ano de 2009. Desse total, 27,1% vieram da Argentina e 18,0% de outros países da América do Sul (Uruguai, Paraguai e Chile, principalmente), enquanto 30,0% eram oriundos da Europa (Itália, Alemanha, França, Portugal e Espanha, se destacam) e 12,5% dos Estados Unidos. Os turistas tiveram por motivo principal de viagem: lazer (46,1%); negócios e eventos (23,3%); ou, outros motivos (30,6%). Os principais meios de chegada ao país foram o transporte aéreo (69,9%) e o terrestre (27,1%). Os destinos preferidos foram os estados de São Paulo (39,0%), Rio de Janeiro (19,0%), Paraná (14,0%) e Rio Grande do Sul (12,7%), que responderam por 88,8% das chegadas (BRASIL, 2012b).

Segundo a OMT (2013), em 2012, o país ocupava a 40ª posição no *ranking* de receita turística internacional ao registrar US\$ 6,6 bilhões advindos de recursos dos turistas estrangeiros. O Plano Nacional de Turismo (PNT) revela que o PIB turístico nacional apontou projeções de crescimento futuro, sobretudo, por conta dos eventos da Copa do Mundo de 2014 (já ocorrida) e das Olimpíadas em 2016 (BRASIL, 2012b; BRASIL, 2013). Fato comprovado, pois a atividade movimentou R\$ 492 bilhões no Brasil, em 2014, entre atividades diretas, indiretas e induzidas, de acordo com novos dados divulgados pela WTTC

(2015). Destaca-se, que o montante representa 9,6% do PIB nacional e leva em conta que o setor teve investimentos de R\$ 59,6 bilhões no País no ano passado (WTTC, 2015).

Quando considerada apenas a contribuição direta, a participação do turismo no PIB brasileiro é de 3,5% (R\$ 182 bilhões). De acordo com a WTTC (2015), o Brasil está em décimo lugar entre as economias do turismo no mundo. Segundo dados da consultoria internacional, o turismo respondeu por 8,8 milhões de empregos diretos e indiretos no país em 2014, ou 8,8% do total de postos (WTTC, 2015). Entretanto, nos anos de 2015 e 2016, percebem-se quedas significativas, pois o cenário macroeconômico do país não se encontra favorável para a maioria dos setores produtivos.

Em virtude do exposto, fica claro que, o desenvolvimento do turismo gera emprego e renda, além de estimular melhorias nas regiões. No Brasil, por exemplo, existem casos que comprovam isso, como: a Cooperativa Paranaense de Turismo (Cooptur), primeira do Brasil, envolvendo as cooperativas: Batavo de Carimbeí; Castrolanda de Castro; Capal de Arapoti; Camp de Prudentópolis e Agrária de Guarapuava. Essas seis organizações cooperativas desenvolvem o turismo na região, por meio, da Rota dos Imigrantes (duas rotas étnicas distintas): a Rota Eslavo Germânica e a Rota Holandesa (SOARES; SAHR, 2016). No Nordeste, destacam-se: o Projeto Parque das Dunas - Via Costeira, no Rio Grande do Norte (RN); Projeto Cabo Banco, na Paraíba (PB); Projeto Costa Dourada, em Pernambuco e Alagoas (PE e AL) e o Projeto Linha Verde, na Bahia (BA) (DUDA; ARAUJO, 2014).

## 4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOB O VIÉS DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Nesta seção será feita discussão sobre como se deu a formulação das políticas setoriais de turismo no Brasil e de que forma estas contribuíram para o desenvolvimento da atividade no país. *A priori* são apresentados conceitos, destacando a constante afirmação nos termos da lei, que essa deve ter como foco a busca pelo desenvolvimento sustentável.

Acredita-se que a política pública de turismo deve deixar claro quais são os rumos do desenvolvimento turístico e que objetivos devem ser atingidos. Além disso, qual discurso ela privilegia e quais aspectos serão considerados a obter uma política que privilegie o uso racional dos recursos, trabalhará com estratégias apropriadas respeitando as relações existentes no ambiente.

### 4.1 CONTEXTUALIZANDO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

A política pública de turismo, segundo Ruschmann (2001, p. 40), pode ser entendida como: “[...] intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.” De acordo com Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p. 294), política de turismo pode ser definida como:

Um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, diretivas, objetivos e estratégias de desenvolvimento e promoção que fornece uma estrutura na qual são tomadas as decisões coletivas ou individuais que afetam diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação.

As definições de política de turismo concordam entre si, embora a apresentada por Ruschmann (2001) aborde de maneira mais clara e evidente o papel do poder público e o território, que será diretamente influenciado por tal política. As políticas públicas de maneira geral, segundo Goeldner, Ritchie e McIntosh (2002, p. 299), envolvem uma filosofia, que no caso do turismo pode ser definida como:

[...] um princípio geral, ou um conjunto de princípios, que indicam as crenças e os valores dos membros de uma sociedade, relacionados à forma como o turismo deverá servir a população de um país ou região, e que

funcione como um guia para avaliar a utilidade das atividades relacionadas ao turismo.

Outro aspecto considerado que Ruschmann (2001) coloca muito bem, é o fato de a política de turismo não ocorrer num vácuo. Ou seja, deve articular-se com outras como, por exemplo, a política de taxas de juros, os acordos aéreos bilaterais, a política ambiental, alfandegária e de imigração, a política cultural, de regulamentações sobre investimento estrangeiro, de regulamentações locais sobre zoneamento, de infraestrutura, como o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), políticas monetárias/taxas de câmbio, o sistema legal, e a política relativa ao financiamento de grandes estruturas públicas.

Infere-se que a regulamentação jurídica do turismo no Brasil é dividida em três períodos. Até meados de 1966, havia uma legislação incipiente e pouco atuante. A partir do Decreto-lei 55, viveu-se uma fase de construção, com efusiva edição de normas regulamentares (decretos, resoluções e deliberações normativas), refletindo, a política de intervenção e controle das atividades econômicas. O Decreto-lei 2294/86 e depois a Constituição de 1988, encerram a fase de intervenção e arbítrio encaminhando o turismo brasileiro ao terceiro período (BENI, 2006; BADARÓ, 2008).

Em 1938, o Estado sancionou o Decreto-Lei 406, prevendo a necessidade de autorização estatal para a exploração da atividade de venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou rodoviárias. Em 1940, o Decreto-Lei 2440 cuidou das empresas e agências de viagens e turismo, como estabelecimentos de assistências remuneradas aos viajantes, exigindo-lhes registro prévio junto a órgãos do governo para o pleno funcionamento, além de autorização para as viagens coletivas de excursão (BENI, 2006; BADARÓ, 2008).

Na década seguinte, em 1958, o Decreto 44863 instituiu a Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), com a função de planejamento turístico nacional. Em 1966, o Decreto-lei 55 implantou o Sistema Nacional de Turismo (SNTUR), criou o Conselho Nacional do Turismo (CNTUR), além da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), com a função de organizar e estimular o turismo brasileiro, baseado nas diretrizes traçadas pelo CNTUR. Para isso, foram criados fundos de financiamento de projetos, como o Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR), implantado em 1971 e o Fundo de Investimento Setorial de Turismo (FISET), criado em 1974 (BENI, 2006; BADARÓ, 2008).

Em 1977, a Lei 6505 versou sobre as atividades e serviços turísticos e estabeleceu as condições para seu funcionamento e fiscalização. No mesmo ano, a Lei 6513 estipulou toda uma política de conservação do patrimônio natural e cultural com valor turístico,

acompanhando a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO de 1972. Na década de 1980, iniciou-se o processo de regulamentação da Lei 6505/77, inaugurado em 15 de julho, pelo Decreto 84910, que tratou dos meios de hospedagem de turismo, restaurantes de turismo e acampamentos turísticos. Em 21 de julho de 1980, o Decreto 84934 versou sobre as atividades e serviços das agências de turismo, com tratamento específico acerca de registro e funcionamento (BENI, 2006; BADARÓ, 2008).

Em 1982, o Decreto 87348 regulamentou as condições de prestação de serviços de transporte turístico de superfície. No ano de 1984, o Decreto 89707 versou sobre as empresas prestadoras de serviços para a organização de congressos, seminários, convenções e eventos congêneres. Encerrando o período de intervencionismo estatal, o Decreto-Lei 2294/86, extinguiu o registro e tornou livre o exercício da atividade turística no Brasil, baseado nos princípios da livre-iniciativa e da livre-concorrência, que seriam dois anos mais tarde insculpidos na Carta magna de 1988 (TENTRIN; SAN SOLO, 2006; BADARÓ, 2008).

Com a entrada em vigor da nova Constituição Federal, o turismo foi elevado ao plano maior do Direito Brasileiro através do art. 180: “A União, os Estados, o Distrito-Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico”. Em 1991, a Lei 8181 deu nova denominação à EMBRATUR, passando a mesma a Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado a então Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República. Além disso, a mesma lei estipulou as competências do Instituto, ampliando o leque de atuação do mesmo (BADARÓ, 2008; OLIVEIRA; 2008).

Em 1993, a Lei 8623 criou a profissão de Guia de Turismo e no mesmo ano, o Decreto 946 a regulamentou. Pode-se observar ainda que desde a criação da EMBRATUR diversos foram os atos administrativos editados visando explicitar os comandos legais acerca da atividade turística. Muitas foram as Deliberações Normativas em âmbito da EMBRATUR, editadas sobre base legislativa constitucional e legalmente superada (BADARÓ, 2008; OLIVEIRA, 2008).

O Artigo 35 da Lei 10683/03 criou o cargo de Ministro do Turismo e o artigo 27, XXIII, definiu a competência para ações e estratégias de gestão que atribuíam poderes e competências administrativas para outros órgãos - designadamente o EMBRATUR- foi revogada. Consolidado o Ministério do Turismo na gestão 2003/2006, é chegado o momento de se discutirem as bases de uma normatização para o setor que efetivamente forneça a segurança necessária aos turistas e aos empreendedores do setor, atingindo dessa maneira a finalidade maior do denominado Direito do Turismo, qual seja, servir de instrumento para o planejamento turístico (BADARÓ, 2008).

Além de todas as ações do Poder Judiciário em legitimar o turismo como instrumento de desenvolvimento regional, cita-se o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), e atualmente, com o PNT, em que um de seus programas propõe a Regionalização do Turismo (BRASIL, 2013). A atividade turística está diretamente relacionada à produção de um determinado território onde existe a prática do turismo, pois são necessárias infraestruturas turísticas como hotéis, equipamentos de alimentação, agências de viagens, locais de lazer e entretenimento, guiam de turismo entre outros equipamentos e serviços. A dinâmica instalada nesse território em função da atividade turística envolve instrumentos reguladores e norteadores do desenvolvimento da atividade, como política pública setorial de turismo, por exemplo.

Nesse contexto, tem interface com o turismo às questões referentes à urbanização de núcleos urbanos e os aspectos ambientais. Algumas medidas podem evitar, por exemplo, o acúmulo inadequado de lixo, ocorrência de poluição da água, de ar, de extinção de espécies de fauna e flora, de desperdício de energia, de assentamentos urbanos em áreas não recomendáveis para esse fim, entre muitos outros problemas. Dessa maneira, a política pública de turismo, baseada em indicadores de desenvolvimento sustentável, pode orientar uma atividade turística que proporcione benefícios econômicos, sociais e ambientais mais significativos, do que o que se tem em termos de desenvolvimento turístico atualmente.

Em virtude do exposto, é imprescindível relacionar as políticas setoriais de turismo com as de meio ambiente. Destaca-se que, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e os diplomas legais correlatos, que regulamentam a proteção ambiental, são instrumentos disponíveis para instalação de empreendimentos turísticos, de forma que, os possíveis impactos gerados pela atividade possam ser corrigidos, amenizados ou compensados.

Sendo assim, um dos instrumentos de proteção ambiental aplicado ao turismo refere-se às licenças ambientais, que são fornecidas pelos órgãos estaduais do meio ambiente ou pelo IBAMA, para atividades que, por lei, são de competência federal (CRUZ, 2000). De acordo com Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) de n.º 237/97, a Licença Ambiental é o:

Ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser estabelecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. (CONAMA n.º 237/97).

O processo de licenciamento de determinado empreendimento e/ou atividade visa o acompanhamento das consequências, que os projetos a serem implantados podem causar. Conforme a Resolução CONAMA n.º 237/97, artigo 8.º, existem três tipos de licenças ambientais, sendo: I - Licença Prévia (LP) - concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos de sua implementação; II - Licença de Instalação (LI) - autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental; III - Licença de Operação (LO) - autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental (CONAMA n.º 237/97).

De acordo com a Resolução CONAMA n.º 237/97, atividades turísticas (complexos turísticos e de lazer, inclusive parques temáticos e autódromos) também devem ser licenciadas. De forma bastante genérica, não descreve o que é considerado dentro de complexos turísticos e de lazer, mesmo assim, é um importante componente da política nacional do meio ambiente para a regulamentação de empreendimentos turísticos. Sem dúvida, a PNMA estabelecida pela Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981, é um marco para questão ambiental no Brasil.

De acordo com texto apresentado no Guia de Procedimentos do Licenciamento Ambiental Federal, a partir do estabelecimento da PNMA,

O conceito de qualidade ambiental passou a ser reconhecido como um fator fundamental para a qualidade de vida. Os órgãos ambientais do governo passam a ser estruturados para desenvolver a gestão ambiental com a atribuição principal de controlar os efeitos negativos do desenvolvimento econômico. [...] A busca da sustentabilidade ambiental do desenvolvimento determinou uma nova abordagem nas relações entre o meio ambiente e desenvolvimento, implicando em considerar a dimensão da capacidade de suporte dos ecossistemas naturais nas opções políticas e sociais, impondo a análise dos custos ecológicos vinculados às atividades humanas. (BRASIL, 2002, p. 9).

Alguns marcos legais e regulatórios da questão ambiental no Brasil, e instrumentos de gestão ambiental associados, que apresentam interface com a atividade turística são a PNMA, o licenciamento ambiental, as competências para o licenciamento ambiental (federal, estadual e municipal) e a atuação do Ministério Público nesse processo, além dos instrumentos de

gestão ambiental como a Avaliação de Impacto Ambiental (AIA), normas e padrões de qualidade.

No caso do Ministério do meio Ambiente, sua preocupação em relação à zona litorânea vem mudando agora com um enfoque extremamente ambientalista. Por outro lado, as políticas dentro delas mesmas são bastante ambíguas e, muitas vezes, um discurso não corresponde à prática. No discurso da política do turismo se prega a conservação ambiental, o homem como finalidade, mas o objetivo é o desenvolvimento, sabe-se que este acarreta impactos com a efetividade da atividade (BECKER, 1999).

Becker faz reflexão apontando a questão dos conflitos ideológicos do MINTUR e do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA). Fato que pode influenciar as decisões sobre assuntos relacionados aos dois ministérios. O MINTUR aponta para o desenvolvimento do turismo tendo o discurso da conservação ambiental como pano de fundo, ou seja, embora haja o discurso da conservação prevalece à lógica do crescimento econômico. Já o MMA, dentro de uma ideologia ambientalista, busca a conservação ambiental entrando em conflito direto com os interesses econômicos do turismo.

A solução de conflitos como esse surge com a prática frequente de ações conjuntas como aconteceu na elaboração das diretrizes para a Política Nacional de Ecoturismo (PNE), que estabeleciam as ações básicas para prática e monitoramento desse segmento turístico. A formação do grupo de trabalho interministerial aconteceu em 1997, cinco anos após a Rio-92. Isso quer dizer que o contexto da época contribuiu para que houvesse a discussão conjunta da inter e da intrarrelação do turismo com a questão ambiental (TENTRIN; SAN SOLO, 2006)

De acordo com Cruz (2000, p. 48), “[...] No ano de 1966, é promulgado o Decreto-lei 55 [...], que define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo”. Pode-se dizer que, anteriormente a 1966, a questão do turismo no Brasil era tratada na medida em que surgia a necessidade de regulamentar as atividades relacionadas a esta prática, como por exemplo, a venda de passagens ambientais (padrões de qualidade do ar, padrões de qualidade das águas, padrões relativos a níveis de ruído), monitoramento da qualidade ambiental, auditoria ambiental e outros instrumentos de gestão (pagamento pelo uso dos recursos naturais, certificação de qualidade ambiental Série ISO 14.000) (BRASIL, 2002).

A partir de 1966 é que foram criados em âmbito governamental órgãos para planejar a atividade turística no país, como o CNTUR e a EMBRATUR. Com a Política Nacional de Turismo, foram atribuídas tarefas aos organismos, como é apresentado no DECRETO- LEI 60.224/67, art. 6.º:

Ao Conselho Nacional de Turismo CNTur coube, entre outras atribuições, formular as diretrizes a serem obedecidas na política nacional de turismo (DECRETO- LEI 60.224/67, art. 6.º). À Embratur caberia, por sua vez, estudar e propor ao CNTur os atos normativos necessários à promoção da política nacional de turismo e, bem assim, aqueles que digam respeito ao seu funcionamento (DECRETO- LEI 60.224/67, art. 20.º). Ao Ministério das Relações Exteriores, outro vértice do triângulo que compunha o Sistema Nacional de Turismo, tinha como atribuição a divulgação do turismo nacional no exterior, por meio das tarefas diplomáticas. (DECRETO- LEI 60.224/67, art. 6.º).

De acordo com, Cruz (2000) e Becker (1999), pôde-se observar que a questão ambiental não é mencionada na referida política. Fato que é aceitável, considerando o contexto da época (1966), uma vez que as discussões acerca da questão ambiental se acentuaram a partir de 1972, com a realização da Conferência de Estocolmo. Entre a política instituída pelo Decreto-lei 55/66 e a política regulamentada pelo Decreto 448/92, outros diplomas legais foram instituídos de forma a regulamentar e organizar aspectos isolados da atividade turística, como aqueles relacionados aos meios de hospedagem, por exemplo.

#### 4.2 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Na tentativa de se ter parâmetros capazes de direcionar as políticas, ações e projetos é que têm sido realizados estudos e pesquisas para desenvolver indicadores, que possam gerar informações sobre a realidade de regiões. Estes Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) englobam as dimensões econômicas, sociais, ambientais e institucionais expressando de maneira mais coesa um conjunto de informações sobre a área objeto de estudo.

De acordo com a CDS da ONU, encarregada em acompanhar a implantação da Agenda 21, indicadores são:

Instrumentos [...] capazes de guiar a tomada de decisões políticas em direção ao desenvolvimento sustentável, melhorar o grau de informação e possibilitar uma análise comparativa e específica para cada país sobre o estado atual e o progresso [...]. (CMMAD,1988, p. 85).

Com base no documento elaborado pela CDS da ONU, foram publicados, em 1996, os *Indicadores de Desarrollo Sostenible: Marco y Metodologías*, conhecido como Livro Azul. O documento apresentou um conjunto de 134 indicadores, que foram reduzidos para 50 no ano 2000. O IBGE se baseou nesta publicação para elaborar o material IDS focalizado para o

Brasil e publicado pela primeira vez em 2002, em que são utilizados 50 indicadores englobando as dimensões social, ambiental, econômica e institucional (IBGE, 2012).

Os IDS são instrumentos norteadores para elaboração das políticas públicas desenvolvimentistas, existindo várias abordagens metodológicas internacionais organizadas e aplicadas por diferentes instituições (IBGE, 2012). No Brasil, o IBGE publicou em 2002, 2004, 2008 e 2010, os IDS categorizados em econômicos, sociais, ambientais e institucionais. Estes, “[...] viabilizam o acesso integrado à informação já disponível sobre temas relevantes para o desenvolvimento, assim [...] apontam a necessidade de geração de novas informações.” (IBGE, 2012, p. 11). A política ambiental baseada em indicadores pode levantar informações significativas quanto ao nível de sustentabilidade socioeconômica, pois,

A construção desses indicadores pode subsidiar a implantação de políticas associadas a melhorias dos padrões avaliados. O objetivo é influenciar a atividade econômica/social de tal maneira que foi aplicado no município de Blumenau (SC) e envolveu a criação de um gráfico de sustentabilidade, conhecido como Sustentômetro, [...]. (MÉRICO, 2001, p. 258).

Exemplos como esses são válidos para mostrar que o papel indutor do Estado está relacionado aos instrumentos econômicos. Por exemplo, na atividade de serviços prestada pelos meios de hospedagem, este pode reduzir tributos incentivando aos que economizarem energia, reduzirem o consumo de água, tratarem o lixo produzido, entre outros itens, que podem trazer benefícios ambientais (TENTRIN; SANSOLO, 2006). Nesse caso, o Estado tem os instrumentos legais como: a legislação, os mecanismos de criar e alterar leis, a determinação de zoneamento econômico-ecológico, a necessidade de licenciamento de empreendimentos turísticos, entre outros aspectos (TENTRIN; SANSOLO, 2006).

Dos 50 indicadores, 19 integram a dimensão social, englobando os aspectos como população, equidade, saúde, educação, habitação e segurança; 17 compõem a dimensão ambiental, referentes à atmosfera, terra, biodiversidade e saneamento; 10 são econômicos, que abordam a estrutura econômica, os padrões de produção e o consumo; e quatro abrangem a dimensão institucional englobando os aspectos estrutura institucional e capacidade institucional (IBGE, 2012).

Segundo o IBGE (2012, p.10), “indicadores são ferramentas constituídas por uma ou mais variáveis que associadas através de diversas formas revelam significados mais amplos sobre os fenômenos a que se referem,” daí a importância de envolver as quatro dimensões. Um indicador de sustentabilidade é a representação quantitativa ou qualitativa de um certo parâmetro, a fornecer informações sobre um dado fenômeno que deve ser estudado na busca

pelo desenvolvimento sustentável. O uso destes vem representar uma nova visão de desenvolvimento vinculando aspectos sociais, ambientais, institucionais, além do econômico.

De acordo com o IBGE (2012, p. 10) os indicadores servem para “identificar variações, [...], estabelecer comparações entre regiões [...], indicar necessidades e prioridades para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas [...]”. A possibilidade de estabelecer comparações entre regiões dentro do Brasil, por exemplo, pode trazer à tona aspectos relevantes no sentido de identificar e traduzir o que vem sendo feito, o que está adequado ou inadequado. Nesse contexto, é possível também verificar, com base nos IDS, se o modelo de gestão implantado na comunidade de Barra Grande, município de Cajueiro da Praia, está trazendo resultados positivos e em quais dimensões concentram-se.

No Brasil existem significativos esforços de pesquisadores em desenvolver indicadores e estudos nas áreas de turismo e meio ambiente, com intuito de utilizá-los como instrumentos de controle e monitoramento. Destacam-se: a elaboração de indicadores de turismo junto à comunidade do município de Bueno Brandão - MG, localizado na bacia hidrográfica do rio Mogi-Guaçu (HANAI, 2009); a aplicação da mesma proposta metodológica na comunidade de Porto de Galinhas - PE, município de Ipojuca, envolvendo os principais atores sociais da atividade turística (SANTOS, 2013); no município de Bragança - PA, utilizando a metodologia PER (SILVA et al., 2013), incluindo mais dois aspectos (forças motoras e impactos); no município de Uberaba - MG, destino geoturístico, com aplicação do modelo PER (GODOY, 2013); e, em Bonito - MS, com a avaliação do turismo, por meio da metodologia citada (TENTRIN; SAN SOLO, 2006).

Para melhor entender o uso da nomenclatura indicadores e não parâmetros, apresentam-se abaixo alguns conceitos relacionados à utilização de indicadores e índices de desenvolvimento sustentável, de modo que:

**Parâmetro** corresponde a uma grandeza que pode ser medida com precisão ou avaliada qualitativamente ou quantitativamente, e que se considera relevante para a avaliação dos sistemas ambientais, econômicos, sociais e institucionais. **Indicador** parâmetros selecionados e considerados isoladamente ou combinados entre si, sendo de especial pertinência para refletir determinadas condições dos sistemas em análise; [...]. **Índice** corresponde a um nível de agregação, em que, após aplicado um método de agregação aos indicadores, é obtido um valor final; [...]. (DIREÇÃO GERAL DO AMBIENTE - DGA, 2000, p. 10)

No conceito de indicadores está explícito o porquê de sua utilização para analisar o desenvolvimento sustentável, pois considera um conjunto de informações que poderão melhor expressar o estágio em que determinada localidade se encontra. Os indicadores são divididos

em econômicos, ambientais, sociais e institucionais, os primeiros segundo a DGA (2000, p.08) referem-se à economia nas suas diferentes escalas (micro e macro). Para o IBGE (2012, p. 129): “[...]. É uma dimensão que se ocupa com os objetivos de eficiência dos processos produtivos e com alterações nas estruturas de consumo orientadas a uma reprodução econômica sustentável”.

A DGA (2000) menciona nos indicadores econômicos as escalas macro e microeconômicas, sendo seu resultado refletido na análise de 29 indicadores, enquanto no Brasil, o IBGE (2012) menciona apenas o desempenho macroeconômico analisado em 10 indicadores. Entre os indicadores econômicos, em Portugal, são considerados quatro do Turismo, sendo: intensidade turística, sazonalidade turística, turismo de espaço rural e capacidade de alojamento. Segundo o IBGE (2012, p. 67), os indicadores ambientais, correspondem ao “uso dos recursos naturais e à degradação ambiental, e estão relacionados aos objetivos de preservação e conservação do meio ambiente, considerados fundamentais ao benefício das gerações futuras.”

No caso dos sociais, IBGE (2012), correspondem aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, à melhoria da qualidade de vida e à justiça social. Quanto aos institucionais, segundo a DGA (2000, p. 8), compreendem as “[...] instituições, [...] no seu sentido lato, englobando quer as instituições clássicas, de índole mais ou menos estatal, quer as organizações não governamentais (ONGs) e as empresas”. De acordo com o IBGE (2012, p. 157) a dimensão institucional diz respeito à “orientação política, capacidade e esforço despendido para as mudanças requeridas para uma efetiva implementação do desenvolvimento sustentável.”

Além dos indicadores apresentados anteriormente, há uma forma diferenciada proposta pela OCDE (DGA, 2000, p. 12) em que “os indicadores ambientais podem ser sistematizados pelo modelo Pressão-Estado-Resposta (PER), que assenta em três grupos-chaves de indicadores.” Neste a pressão caracteriza-se como as pressões sobre os sistemas ambientais e pode ser traduzida por indicadores de emissão de contaminantes, eficiência tecnológica, intervenção no território e de impacto ambiental. No caso do estado, reflete a qualidade do ambiente num dado horizonte espaço/tempo, por exemplo, os indicadores de sensibilidade, risco e qualidade ambiental; e por fim a resposta avalia o que a sociedade faz para minimizar as alterações ambientais, bem como a adesão a programas e/ou implementação de medidas em prol do ambiente (TENTRIN; SAN SOLO, 2006).

Toda a discussão a respeito dos IDS tem se baseado nas dimensões ambiental, econômica, social e institucional, sendo esses os aspectos propostos pela ONU para abordagem da mensuração desse modelo de desenvolvimento (IBGE, 2012).

O conceito de turismo sustentável para Swarbrooke (2000, p. 6) são “as formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades do turista, da indústria do turismo e das comunidades locais sem comprometer a capacidade de as gerações futuras [...]”. Em 2004, numa reunião na Tailândia, o Comitê de Desenvolvimento Sustentável do Turismo (CDST), órgão vinculado a OMT, apresentou o conceito de turismo sustentável e suas inter-relações com outras esferas. Assim, as práticas de gerenciamento e manual de desenvolvimento de turismo sustentável são aplicáveis em todos os tipos de destinações. Como princípios de sustentabilidade, tem-se os aspectos ambientais, os econômicos e os socioculturais do desenvolvimento do turismo (OMT, 2005).

Para a OMT (2005), os objetivos de um estudo de indicadores são a avaliação de aspectos como: proteção e pressão local, gestão de resíduos, capacidade de carga turística, entre outros. Portanto, deve ser baseada na existência e/ou geração de dados, que possibilitem o uso de metodologias com a finalidade da aplicação de indicadores para avaliação específica de determinados aspectos.

A OMT aponta os indicadores de turismo sustentável como chaves, suplementares e os de sítios específicos, sendo que os primeiros têm sido selecionados porque constituem o nível básico da informação necessária para gerir o turismo sustentável em, praticamente, qualquer destino (OMT, 2005). Os suplementares, segundo a OMT (2005), são apresentados para as seguintes situações: indicadores para zonas litorâneas; montanhas; parques com gerenciamento de vida selvagem; ambientes urbanos; locais culturais; patrimônio construído; locais ecológicos singulares (em geral, destinos turísticos ligados ao ecoturismo); locais culturais (comunidades tradicionais), pequenas ilhas. O Quadro 2 apresenta os indicadores chaves para o turismo sustentável, conforme proposta da OMT.

**QUADRO 2 - INDICADORES CHAVES DO TURISMO SUSTENTÁVEL**

<b>INDICADOR MEDIDAS ESPECÍFICAS</b>
1. Proteção do local: Categoria da proteção do local segundo a União Nacional para a Conservação da Natureza UICN.
2. Pressão (sobre o local): Número de turistas que visitam o sítio (por ano/mês de pico).
3. Intensidade da utilização: Intensidade de uso no período de pico (pessoas /hectare).
4. Impacto social: Razão entre turistas em relação aos habitantes (período de pico e ao longo do tempo).
5. Controle do desenvolvimento: Existência de procedimentos de revisão ambiental ou controles formais de desenvolvimento do local e densidades de utilização.
6. Gestão de resíduos: Percentual do esgoto do local que recebe tratamento (indicadores adicionais podem incluir limites estruturais de outra capacidade infraestrutural no local, como o fornecimento de água).
7. Processo de planejamento: Existência de plano regional organizado para a região/destino turístico (incluindo o componente turístico).
8. Ecossistemas críticos: Número de espécies raras ameaçadas.
9. Satisfação do turista: Nível de satisfação dos visitantes (baseado em questionário).
10. Nível de satisfação da população local: Nível de satisfação dos residentes (baseado em questionário).
11. Contribuição do turismo para a economia local: Proporção da atividade econômica local gerada unicamente pelo turismo.
<b>INDÍCE COMPOSTO</b>
A. Capacidade turística: Composição das primeiras medidas preventivas dos fatores-chaves que influenciam na habilidade de o local suportar diferentes níveis de turismo.
B. Pressão sobre o sítio Medida: composição de níveis de impacto no local (seus atributos naturais e culturais devido ao turismo e a outros estresses cumulativos de setor).
C. Atração Medida qualitativa: daqueles atributos do local que o tornam atrativo ao turismo e que podem sofrer mudanças com o tempo.

**Fonte:** OMT, 2005, adaptado por Anderson Fontenele Vieira, 2015.

Em virtude do exposto, percebe-se a necessidade de estudos com foco para definição de metodologias de indicadores ambientais de turismo sustentável, que possam ser aplicados em todos os países. Pois o turismo e suas políticas públicas têm relação direta com o ambiente natural, como é caso desta dissertação, necessitando, assim, de monitoramento constante de indicadores que reflitam os impactos decorrentes e/ou maximizados pela atividade.

### 4.3 O TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (TBC) PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A segmentação é entendida como uma forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado, estabelecidos a partir dos elementos da oferta e também das variáveis da demanda (BARRETO, 2006; BRASIL, 2010a). No caso da oferta, por exemplo, define tipos de turismo, cuja identidade pode ser conferida pela existência em um território de: atividades práticas e tradições, aspectos e características geográficas, históricas, arquitetônicas, e, determinados serviços e infraestrutura (BARRETO, 2006; Brasil, 2010a). Com enfoque na demanda, a segmentação é definida pela identificação de certos grupos de consumidores caracterizados, a partir, de fatores que determinam suas decisões, preferências e motivações, ou seja, a partir das características e das variáveis da demanda (Brasil, 2010a).

Os produtos e roteiros turísticos, de modo geral, são definidos com base na oferta (em relação à demanda), de modo a caracterizar segmentos ou tipos de turismo. Nesse contexto, as características da oferta é que determinam a imagem, identidade e embasam a estruturação de produtos, sempre em função da demanda (Brasil, 2010a). Destacam-se como segmentos: Turismo Social, Ecoturismo, Turismo Cultural, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Esportes, Turismo de Pesca, Turismo Náutico, Turismo de Aventura, Turismo de Sol e Praia, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo Rural, Turismo de Saúde e Turismo de Base Comunitária (TBC) (BARRETO, 2006; Brasil, 2010a).

O TBC se destaca por ser uma alternativa ao turismo de massa, que explora os destinos de forma predatória e impactante. Este modelo relaciona a operacionalização da atividade com o bem-estar da comunidade que se apropria do turismo como uma estratégia para seu desenvolvimento socioeconômico integrado. De acordo com Japiassú e Marcondes (2006, p. 50), comunitarismo é, “[...] Teoria elaborada nos Estados Unidos segundo a qual o indivíduo precisa estar integrado na cultura de sua comunidade, [...] suas raízes culturais representadas por uma história, valores e relações suscetíveis de integrá-lo socialmente e conferir um sentido à sua existência.”

Em outras palavras, quando se fala em comunidade é impossível não relacionar ao coletivo, integração entre pessoas convivendo em diferentes grupos sociais. Em que, cada um tem expectativas e desejos particulares ou compartilhados, que podem representar uma vontade em comum. No caso do turismo de base comunitária, basicamente esse processo é centrado em âmbito comunitário como afirma (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009, p. 7),

O turismo comunitário potencializa modos de vida tradicionais, arranjos socioprodutivos e políticos de base comunitária e mobiliza postos de trabalho pela produção artesanal. As ideias de comércio justo, solidário e sustentável animam modos de vida tradicionais e de capacitação para a produção artesanal, agregando valores solidários à troca de bens, serviços e saberes produzidos por comunidades que sofrem consequências de dívida social herdada de desvantagens históricas.

Observa-se que esse modelo turístico visa à inclusão da comunidade organizada na execução da atividade, de modo, que os atores locais (poder público e privado, e a população) articulem conjuntamente na prestação dos serviços. Nessa perspectiva, Carvalho (2007) afirma que o turismo comunitário é desenvolvido pela própria comunidade levando todos a se sentirem capazes de cooperar e organizar as estratégias para o setor. Desenvolvendo a gestão participativa, envolvendo os atores sociais nas atividades no local, de forma direta ou indireta. Tendo sempre em vista a melhoria da comunidade e de cada participante, levando em conta os desejos e as necessidades das pessoas, a cultura local e a valorização do patrimônio natural e cultural (SAMPAIO; CORIOLANO, 2009).

Diante disso, ressalta-se que o turismo, por ser uma atividade que depende, sobretudo, da relação entre as iniciativas pública e privada, necessita da participação dos gestores e da população local interessada em desempenhar o potencial turístico existente em uma região. Sendo que, para organizar a comunidade para o turismo é necessário estabelecer uma aliança entre interesses econômicos locais e não locais, objetivando atribuir uma relevante importância na valorização das questões culturais e ambientais, que são fatores essenciais para a motivação do turista em conhecer um determinado produto turístico (MIELKE, 2009).

Em síntese, ao se falar em turismo de base comunitária é importante abordar sobre a representatividade dos Arranjos Produtivos Locais (APL's) na efetiva prática desse segmento do turismo. Haja visto que os APL's têm como um de seus objetivos básicos a minimização dos riscos econômicos e a valorização da autogestão, dando autonomia à comunidade no controle no desenvolvimento da atividade turística. Para Sampaio e Coriolano (2009), os arranjos produtivos devem concentrar no mesmo território empresas de pequeno porte, de base familiar, baixa competência técnica, comercial e gerencial, produzindo atividades terciárias para a cadeia produtiva do turismo.

Nos discursos sobre turismo comunitário é comum que projetos de turismo ligados às comunidades sejam automaticamente qualificados como comunitários, mesmo não tendo as características apresentadas. Desse modo,

[...] os princípios do enfoque de Turismo Comunitário centram-se na preservação, valorização e indução de tradições e relações sociais solidárias, na geração de trabalho e renda com base na produção associativista, no revigoramento dos significados de virtude humana e, por último, na utilização apropriada dos recursos naturais e das capacidades humanas locais. (ARAÚJO; GELBCKE, 2008, p. 367).

Entretanto, alguns fatores têm contribuído negativamente para que um ambiente propício ao desenvolvimento turístico de base comunitária ocorra. Em primeiro lugar, deve-se ter em mente que a atividade turística é complexa por essência. Pois, “[...] agrupa vários elementos denominados atores sociais, que em um primeiro momento pertencem a segmentos diferentes da economia local, mas que [...] são complementares. (MIELKE, 2009, p. 21)”.

No Brasil existem, efetivamente, projetos de turismo comunitário que apresentam resultados significativos, reafirmando sobre os impactos positivos desse para as comunidades. Têm-se como exemplos: a Prainha do Canto Verde no município de Beberibe (CE) e a Vila do Aventureiro (Ilha Grande), no município de Angra dos Reis (RJ), localidades essencialmente pesqueiras e com práticas agrícolas de subsistência, que perceberam no turismo uma nova alternativa para o desenvolvimento local (MENDONÇA; MORAES, 2016); e, no município de Morretes (PR), sudoeste da Microbacia do Rio Sagrado, composta pelas comunidades rurais de Rio Sagrado de Cima, Canhembora, Brejumirim e Candonga, estas representam uma experiência de TBC consolidado (SAMPAIO; ZAMIGNAN, 2012).

No vizinho Estado do Ceará existe a Rede Tucum, articulação de grupos organizados em treze comunidades do litoral cearense que desenvolvem iniciativas de turismo comunitário. A Rede, formada por representantes de populações de comunidades indígenas, pesqueiras e de agricultores, oferece serviços turísticos de hospedagem, alimentação, trilhas ecológicas e passeios ao mar. Tem o intuito de promover a interação entre sociedade e natureza valorizando as culturas e os territórios, integrando economicamente o turismo às atividades tradicionais (BORGES, 2011; DUARTE, 2013).

Criada em 2001, a Rede Tucum reúne hoje treze comunidades litorâneas em diferentes municípios. Atualmente, compõe a rede: Tatajuba (Camocim), Curral Velho (Acará), Caetanos de Cima (Amontada), Flecheiras (Trairí), Etnia Tapeba (Caucaia), Etnia Indígena Jenipapo-Kanindé (Aquiraz), Batoque (Aquiraz), Prainha do Canto Verde (Beberibe), Assentamento Coqueirinho (Fortim), Ponta Grossa (Icapuí), Tremembé (Icapuí), Centro de Formação Frei Humberto (MST-Fortaleza), Associação Mulheres em Movimento (Conjunto Palmeiras, Fortaleza) (BORGES, 2011; DUARTE, 2013).

Em virtude do exposto, percebe-se que as experiências de TBC que têm tido êxito, acontecem em comunidades de pequeno porte, em que todos participam de forma colaborativa. Nesse contexto, os moradores locais são os atores responsáveis pelas mais diferentes atividades, que em conjunto, operacionalizam o turismo e seu desenvolvimento. Acredita-se que, a presença de empresários com grande poder de investimento e políticas focalizadas num suporte a esse público, enfraqueça a ideia chave desse segmento, que é do protagonismo da comunidade.

## 5 O TURISMO NO ESTADO DO PIAUÍ - POLO COSTA DO DELTA

Nesta seção será caracterizado o turismo no Estado do Piauí, em especial, na região litorânea, onde a comunidade de Barra Grande está situada. O turismo piauiense carece de dados estatísticos retratando a situação da atividade. Um dos motivos seria o (des) interesse por parte do governo estadual em investir num segmento, que não tem a mesma lógica de mercado de outros mais rentáveis no curto prazo, como o agronegócio no sul piauiense. Existem poucas pesquisas realizadas pela Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (CEPRO), nos anos de 2002 a 2013, sobre a demanda turística em Teresina, no litoral e São Raimundo Nonato, e ainda, referente à oferta hoteleira da capital. Os trabalhos mais recentes e com significativos resultados são desenvolvidos pelas Universidades Federal e Estadual do Piauí, sedes dos cursos de Bacharelado em Turismo.

Segundo a Fundação CEPRO (2013), os maiores emissores de turistas para o estado do Piauí são Brasília, Fortaleza, São Luís, Belém e São Paulo, levados pelos mais diversos motivos: questões de negócios, por conta dos atrativos naturais ou relacionados a vínculos familiares. Contudo, destaca-se que a demanda e renda gerada pelos serviços turísticos é significativamente baixa em relação a estados vizinhos, como Ceará, que em junho de 2014 teve com o fluxo turístico só em receita direta, R\$ 961.000.000,00 milhões deixados na capital cearense (CEARÁ, 2014).

Para reverter esse quadro, é preciso organizar a oferta, fazendo levantamento completo do espaço turístico piauiense, identificando atrativos, equipamentos/serviços e situação da infraestrutura. É fato, que o Piauí apresenta grande poder de competitividade nacional, pois possui atrativos únicos, sendo os principais: Delta do Parnaíba, Serra da Capivara e o Parque Nacional de Sete Cidades, necessitando de planejamento ordenado da atividade, exigido por um mercado cada vez mais rigoroso.

A Secretaria de Turismo do Piauí (SETUR/PI) é recente, criada em 2007, o que poderia justificar a presente situação do turismo piauiense, que, além de intervenções pontuais, realizou poucas ações relacionadas ao PRODETUR/Nordeste (NE)<sup>3</sup>. Destaca-se: o asfaltamento da Rodovia PI 315 (acesso entre o município de Parnaíba e a localidade de Barra Grande) e a construção da Ponte Estaiada Maestro João Isidoro França, na capital Teresina (RAMOS; LOPES, 2013).

---

<sup>3</sup> Programa financiado por instituições internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em que os investimentos são operacionalizados pelo Ministério do Turismo. Objetivando organizar intervenções públicas para o desenvolvimento da atividade turística no Nordeste, através de prévios processos de planejamento das áreas prioritárias (BRASIL, 2015a).

Os fluxos turísticos locais acontecem de forma sazonal, durante o período de férias, festividades e feriados, tais como Natal, Ano Novo, Carnaval e Semana Santa, em direção ao litoral do estado, sendo a BR 343, utilizada por esses fluxos, por ser via de ligação à Teresina (capital). Teresina, Parnaíba e São Raimundo Nonato participam do Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, do Ministério do Turismo, que objetiva capacitar para gestão e planejamento estratégico em turismo, fortalecer a governança e a inter-relação dos destinos com as regiões em que estão inseridos, tornando-os mais competitivos mercadologicamente (PIAÚÍ, 2012; RAMOS; LOPES, 2013).

O Piauí está dividido em sete regiões turísticas dentro dos critérios metodológicos do Projeto de Regionalização do Turismo (Figura 3), a saber: Polo Costa do Delta, Polo das Águas, Polo Aventura e Mistério, Polo Histórico Cultural; Polo das Origens e Polo Teresina (BRASIL, 2015b). Utilizou-se como referência para esse ordenamento, o Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil (PRT). Este Programa foi lançado em abril de 2004, e constitui-se em uma política pública territorial, que determinou como macro programa a “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística” (BRASIL, 2013). A premissa do Programa centrou-se numa execução descentralizada, regionalizada, com foco no planejamento coordenado e participativo, repercutindo, positivamente, nos resultados socioeconômicos do território (BRASIL, 2013).

**Figura 3 -** Mapa da Regionalização do Turismo no Estado do Piauí



**Fonte:** Piauí (2009) adaptado por Leonan Cunha Dias, 2015.

## 5.1 POLO COSTA DO DELTA

A região turística Polo Costa do Delta, composta pelos municípios de Parnaíba, Ilha Grande, Buriti dos Lopes, Luís Correia e Cajueiro da Praia (onde se situa a comunidade de Barra Grande), apresenta evidência no turismo do Piauí por estar no litoral e em parte do Delta do Parnaíba. Destaca-se com as práticas dos segmentos turísticos: de sol e praia (atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor), ecoturismo (utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente), turismo de aventura e turismo esportivo (Brasil, 2010a; PIAUÍ, 2012).

Apesar de trazer benefícios econômicos à região, estimulando fluxos turísticos sazonais, o segmento de sol e praia, traz consigo uma série de impactos negativos, devido à falta de ordenamento quanto ao controle da demanda, que não é compatível com a infraestrutura básica e de apoio ofertados (PIAUÍ, 2009). No Nordeste há muitos exemplos de litorais degradados e impactados em virtude da prática desse segmento turístico. Como por exemplo, Canoa Quebrada (CE), Porto de Galinhas (PE) e Jenipabu (RN). Em associação à fragilidade dos ambientes naturais, salienta-se que modelos de operacionalização do turismo sustentável e menos impactantes, podem gerar renda e oportunidades de emprego à população local, sem comprometer o meio natural.

O litoral piauiense começa na Barra das Canárias, fronteira com o Maranhão, e segue pela Ilha Grande de Santa Isabel, passando pelo farol e praia da Pedra do Sal, finalizando na Barra do Timonha, foz do rio Ubatuba, fronteira com o Ceará. É o menor litoral em extensão do Brasil, com apenas 66 km, divididos em duas partes: 30 km na Ilha Grande de Santa Isabel e 36 km na parte continental (CPRM, 2010).

Tem como características, ser pouco recortado, apresentando costas baixas, arenosas, nas quais se observam extensos campos de dunas, dos tipos barcanas e transversais<sup>4</sup>, e planícies flúvio-marinhas com extensos manguezais. As dunas podem ser móveis, quando desprovidas de cobertura vegetal, ou fixas, quando se encontram recobertas por vegetação pioneira. Estas dunas dependem de fatores, como disponibilidade de areia, força, intensidade dos ventos e apresentam morfologias variadas (CPRM, 2010; BAPTISTA, 2010).

---

<sup>4</sup> Dunas barcanas, com forma de “C” ou lua crescente, apresentando pontas direcionadas para o lado contrário ao do vento (sota-vento). Dunas transversais, que são perpendiculares à direção predominante dos ventos, com relevo mais suave a barlavento e mais íngreme a sota-vento (CAVALCANTI; VIADANA, 2007).

A amplitude do relevo é de até 40m de altitude, com a inclinação das vertentes variando de 3° a 30°. Esse padrão de relevo é encontrado em extensas áreas do litoral do Piauí, notadamente nos municípios de Parnaíba e Luís Correia, em que se desenvolvem solos arenosos, muito permeáveis, condicionante para baixa capacidade de retenção de água e nutrientes, constituindo forte limitação ao seu aproveitamento agrícola. São muito suscetíveis à percolação de materiais tóxicos e metais pesados, aumentando, com isso, a possibilidade de contaminação do lençol freático (CPRM, 2010; BAPTISTA, 2010).

O Delta do Rio Parnaíba (Figura 4), localizado nos Estados do Piauí e Maranhão, nos municípios de Parnaíba, Ilha Grande e Luís Correia (PI), Araióses e Tutóia (MA), constitui um dos ecossistemas mais importantes da área. Abriga diferentes espécies de comunidades vegetais e animais, apresentando manguezais (Figura 5), que têm o caráter de fornecer material detritico e compostos orgânicos de alto valor energético, que servem de base à cadeia alimentar costeira vizinha, tornando-a atrativa à indústria pesqueira (PIAUI, 2009; CPRM, 2010).

O Delta, produto turístico de maior visibilidade do Polo, tem motivado um fluxo constante de turistas atraídos pelas possibilidades de usufruir da natureza preservada, nos passeios entre os canais do delta, ladeados por numerosas ilhas, conjuntos de dunas e lagoas, formando um complexo sistema (PIAUI, 2009).

**Figura 4** - Fotografia de dunas no Delta do Parnaíba (PI) em uma de suas ilhas fluviais



**Fonte:** Amorim (2012a).

**Figura 5** - Fotografia de igarapé em manguezais no Delta do Parnaíba (PI)



**Fonte:** Amorim (2012b).

Em agosto de 1996 foi criada a APA Delta do Parnaíba, administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), estendendo por uma área de 307.590,51 hectares. A legislação vigente na APA proíbe: atividades salineiras e industriais poluidoras, projetos de urbanização e atividades agrícolas, que alterem as condições naturais ou que provoquem erosão, matança ou molestamento de espécies raras, como o peixe boi-marinho (*Trichechus manatus manatus*), despejo de efluentes, resíduos ou detritos nos manguezais e cursos d'água, retirada de areia e material rochoso, dentre outras (PIAUI, 2009; CPRM, 2010).

A principal atividade extrativista nos mangues do Delta é a cata do caranguejo-uçá (*Ucides cordatu cordatus*) (Figura 6), que alcança entre 80 e 100 toneladas do crustáceo mensalmente, destacando-se também, o plantio de arroz realizado pelas comunidades ribeirinhas e a agropecuária de subsistência. Com objetivo de minimizar os impactos dessas atividades, fonte de sobrevivência para população residente, foi criada, em novembro de 2000, a Reserva Extrativista Marinha (RESEX) Delta do Parnaíba, nos municípios de Araióses (MA) e Ilha Grande (PI), numa área de 27.000 mil hectares (PIAUI, 2009; CPRM, 2010).

**Figura 6** - Fotografia de Caranguejo-Uçá (*Ucides cordatu cordatus*) no Delta do Parnaíba



**Fonte:** Amorim (2012c).

Uma das mais significativas ações para o desenvolvimento turístico da região, em que o Polo se encontra, é a operacionalização do Roteiro Integrado da Rota das Emoções, envolvendo os estados do Ceará, Piauí e Maranhão, objetivando desenvolver produtos e roteiros de integração dos destinos de Jericoacoara (CE), Delta do Parnaíba (PI e MA) e Lençóis Maranhenses (MA) (PIAUI, 2009; ARAÚJO; ARAGÃO; RODRIGUES, 2014). Desde 2005, lideranças locais, empreendedores e entidades trabalham para o desenvolvimento integrado dos 14 municípios da rota, a saber: Araióses (MA), Barreirinhas (MA), Barroquinha (CE), Cajueiro da Praia (PI), Camocim (CE), Chaval (CE), Cruz (CE), Ilha Grande (PI), Jijoca de Jericoacoara (CE), Luís Correia (PI), Parnaíba (PI), Paulino Neves (MA), Santo Amaro (MA), Tutóia (MA) (ARAÚJO; ARAGÃO; RODRIGUES, 2014).

Para promover a gestão desse roteiro foi criada a Agência Reguladora de Desenvolvimento Sustentável (ADRS), cuja sede era no município de Parnaíba, com apoio do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), além dos governos dos três estados e do governo federal, através do Ministério do Turismo (PIAUI, 2009). Atualmente, essa agência encontra-se desativada, tendo sido realizada em agosto de 2015, uma reunião entre os gestores dos municípios envolvidos, visando reativá-la com sede novamente no município de Parnaíba.

O SEBRAE tem papel fundamental na efetivação desse roteiro, pois trabalha nos municípios da Rota das Emoções, a valorização cultural, ensinando-lhes sobre a importância

do potencial turístico, que é também uma forma de desenvolvimento das comunidades e de sustento. Todos esses esforços contribuíram para que a Rota das Emoções, em 2009, fosse eleita o “Melhor Roteiro Turístico” do país, concedido pelo Ministério do Turismo, durante o 4º Salão do Turismo, maior evento turístico da América Latina (ARAÚJO; ARAGÃO; RODRIGUES, 2014).

Percebe-se que a existência de ações integralizadas aperfeiçoa os resultados no desenvolvimento e na gestão eficazes do turismo. No caso do Piauí, essas ações têm sido cada vez mais comuns, destaca-se o Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável do Polo Costa do Delta (PDITS), elaborado em 2002, documento base para o planejamento turístico regional. Esse plano estabeleceu como objetivo ser referência norteadora para o turismo na região, focando em mais competitividade potencializando o território em relação ao mercado nacional (PIAUI, 2009).

A segunda versão do PDITS, elaborada em 2009, seguiu a mesma linha metodológica dos demais PDITS nos diversos Estados brasileiros, definindo um Plano de Ação para o desenvolvimento do turismo na área selecionada. Esse trabalho deu continuidade ao processo iniciado quando da elaboração do primeiro PDITS voltado para a região, concluído em 2002. Portanto, com base em uma nova análise da dinâmica atual do turismo no Polo, buscou atualizar as informações e revisar as propostas formuladas, indicando ações que deveriam ser descartadas por terem seus objetivos atingidos. Identificou também as que precisariam ser completadas, sempre levando em conta o novo modelo instituído pelo BID/MINTUR (PIAUI, 2009).

O desenvolvimento do turismo na Costa do Delta deve contribuir para inserir o Piauí no mapa turístico nacional, além de melhorar as condições de vida na região, por meio dos investimentos em infraestrutura, capacitação e conservação ambiental, geração de emprego e renda. Consolidando os roteiros regionais, como a Rota das Emoções, que incluem os estados do Maranhão e Ceará (PIAUI, 2009). Com a intenção de contextualizar os municípios localizados na região estudada, foi feita uma breve abordagem sobre suas características socioeconômicas, turísticas, de infraestrutura ofertada e de apoio.

Parnaíba é o segundo município mais populoso do Estado do Piauí e o principal do Polo, com 145.705 habitantes (IBGE, 2010). Localizada a uma distância de 344 km da capital do estado, Teresina. A relevância econômica de Parnaíba para região dá-se por conta do comércio varejista e atacadista nos mais diversos segmentos, além da oferta significativa de equipamentos (hotéis, pousadas, restaurantes, agências de viagens, infraestrutura básica e de apoio) e atrativos turísticos, a exemplo, as praias, o centro arquitetônico e histórico - que dão

condições para que tenha capacidade e receba um grande número de turistas nos períodos de alta temporada (BRASIL, 2014).

Parnaíba, considerada a capital do Delta, está numa posição central na Rota das Emoções e é o único município que possui aeroporto. Destaca-se que esse aeródromo ficou sem receber voos comerciais por 14 anos, retomando suas atividades em março de 2014, com voos da empresa AZUL Linhas Aéreas. Esses voos acontecem três vezes semanais, nas quintas, sábados e domingos de Parnaíba para Fortaleza; e aos sábados e domingos do município para Teresina.

O município de Ilha Grande, com população de 8.914 habitantes, é um dos pontos de partida para os passeios ao Delta do Parnaíba (IBGE, 2010). O local de embarque e desembarque dos turistas é o Porto dos Tatus, que fica bem próximo ao centro. No referente à oferta dos meios de hospedagem, existem apenas duas hospedarias familiares, frutos de um projeto da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que tinha como objetivo manter os visitantes para que eles pudessem desfrutar do modo de vida local e gerar renda advinda de atividades relacionadas com o turismo (BRASIL, 2014). Ilha Grande tem grande apelo gastronômico, em virtude do caranguejo, prato mais tradicional de sua culinária. O Festival Gastronômico do Caranguejo é um dos principais atrativo turístico local, o evento ocorre desde 2006, sempre no mês de novembro.

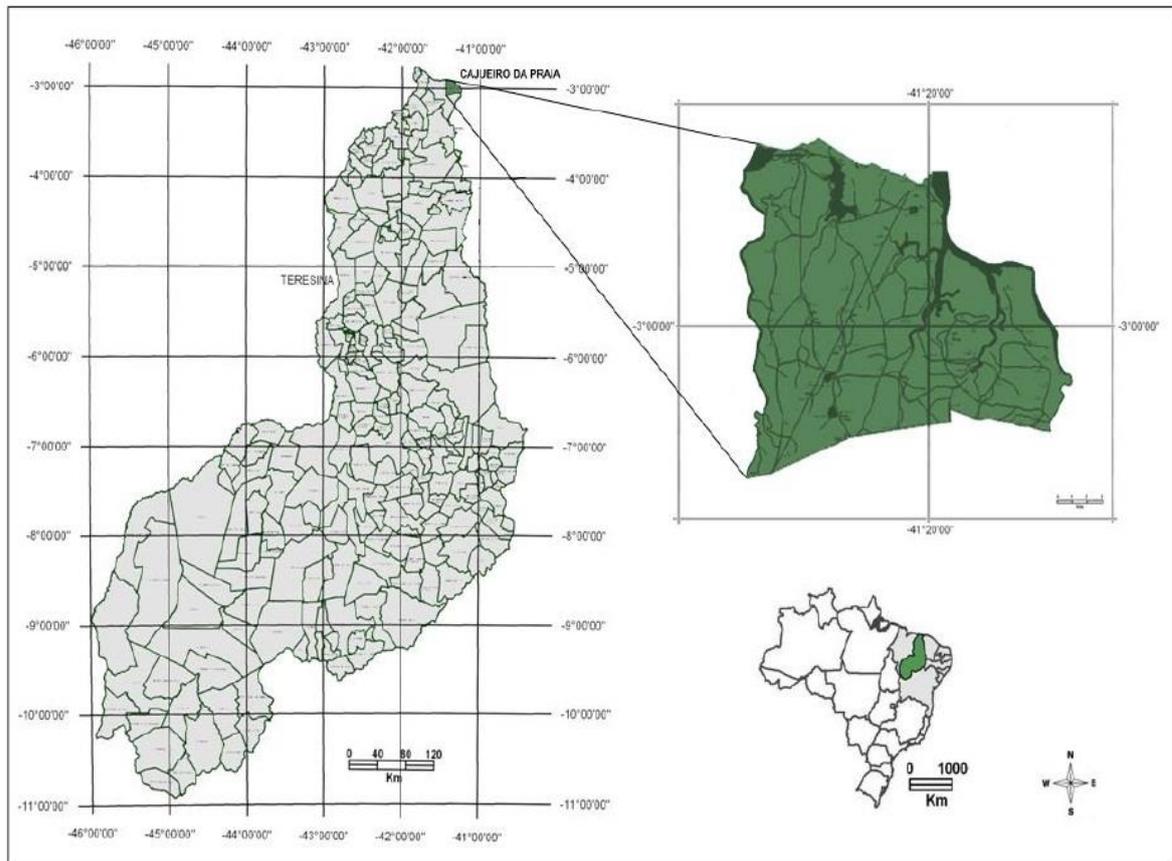
O município de Luís Correia, com 28.406 habitantes, apresenta a maior faixa litorânea do Piauí (IBGE, 2010). Possui belas praias, que são muito visitadas por moradores do próprio estado e de estados vizinhos, destacando-se as praias de Atalaia e do Coqueiro. Apresenta razoável estrutura turística para absorver a demanda existente, porém, demonstra típica saturação em períodos de alta temporada (dezembro, janeiro, fevereiro e julho) (BRASIL, 2014). A oferta dos meios de hospedagem em Luís Correia não é muito numerosa, mas apresenta variados tipos de estabelecimentos, como: pousadas, hotéis, chalés e resorts. Além disso, tem uma boa oferta de bares e restaurantes concentrados na orla da praia de Atalaia.

Dos cinco municípios que compõem o Polo, Buriti dos Lopes é o mais distante da região litorânea do Piauí. Sua participação no desenvolvimento do turismo é nula, uma vez que, não apresenta nenhuma atratividade turística natural e nem a existência de equipamentos turísticos (meios de hospedagem e agências). Apresenta uma população de 19.074 habitantes e fica a uma distância de 281 km da capital do estado, Teresina (IBGE, 2010; PIAUÍ, 2013).

A cidade Cajueiro da Praia (Figura 7), município do litoral criado pelo desmembramento de 281,75 km<sup>2</sup> do território do município de Luís Correia por meio do Decreto-Lei 4.810 de 27 de dezembro de 1995, está localizado no extremo norte do Piauí,

com sede situada na latitude 02° 56' 12" sul e na longitude 41° 20' 09" oeste (IBGE, 2010). Apresenta população de 7.163 habitantes, com área territorial de 271,707 km<sup>2</sup> e densidade demográfica de 26,36 hab/km<sup>2</sup>.

**Figura 7 -** Mapa de localização do município de Cajueiro da Praia



**Fonte:** Piauí (2009) adaptado por Leonan Cunha Dias, 2015.

Destaca-se em Cajueiro da Praia, o estilo de vida tranquilo da população e a existência de uma área de preservação destinada ao controle e reprodução do peixe-boi (*Trichechus manatus manatus*), mamífero aquático ameaçado de extinção. Estimasse que haja apenas 500 exemplares dessa espécie no litoral brasileiro e, em Cajueiro da Praia, uma população entre 40 A 50 animais (BRASIL, 2014; DUTRA; PEREIRA, 2015). O Rio Timonha, fronteira entre o município piauiense e Chaval (CE), é um local perfeito para a reprodução do animal, com águas calmas e longe de predadores naturais. Por essa razão foi criado em Cajueiro um posto especial do IBAMA e ICMBIO para estudar os animais e fiscalizar a preservação da área (SÃO PAULO, 2014; DUTRA; PEREIRA, 2015). No posto são desenvolvidas ações educativas (Figura 8), com a comunidade escolar e de moradores em geral, para que eles

tenham consciência da significativa necessidade de se manter íntegro o espaço destinado ao peixe-boi marinho.

**Figura 8** - Fotografia de ação educativa no centro de preservação do Peixe-Boi, em Cajueiro da Praia/PI



**Fonte:** Comissão Ilha Ativa (2013).

Diante do exposto, destaca-se que a demanda turística que tem visitado esses municípios que fazem parte do litoral do Piauí tem se beneficiado com a oferta do roteiro integrado da Rota das Emoções. A integração do Polo Costa do Delta é uma eficiente estratégia para se empreender o turismo e para que a gestão do setor no estado possa se certificar do posicionamento do litoral piauiense no mercado nacional de roteiros turísticos.

## 5.2. COMUNIDADE DE BARRA GRANDE: ASPECTOS GERAIS

Barra Grande é uma comunidade litorânea localizada na região norte do estado do Piauí, latitude sul  $-2^{\circ}54'48.7''$  e longitude oeste  $41^{\circ}24'57.8''$  (IBGE 2010), mais precisamente no município de Cajueiro da Praia, com área urbana de 78 hectares e uma faixa de praia com 4 km de extensão, onde vivem cerca de 1.500 habitantes (MACÊDO, RAMOS, 2012).

Na Figura 9<sup>5</sup> se visualiza um recorte de mapa do traçado rodoviário da porção norte do Piauí, com destaque para os cinco municípios do Polo Costa do Delta e as rodovias estadual e federais (PI 116, BR 343 e BR 402), que dão acesso à área objeto de estudo. O turismo passou

<sup>5</sup> Desconsiderar escala, pois o recorte foi ajustado para caber no texto.

a ser uma das principais atividades desenvolvidas na região, proporcionando modificações na comunidade, como: ampliação da estrutura de receptivo (hotéis, pousadas, restaurantes e bares), crescente chegada de turistas nacionais e internacionais efetivando residência na localidade, formação de novos postos de trabalho para os residentes e atuação governamental (nacional, estadual e municipal) com políticas para o desenvolvimento turístico (COSTA, 2006; MACÊDO; RAMOS, 2012).

Figura 9 - Recorte de Mapa das vias de acesso rodoviário à Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



Fonte: Google Maps (2016) adaptado por Ozian Gomes Feijó, 2016.

Atualmente, Barra Grande é um produto promocional do turismo no Estado do Piauí, que vem sendo amplamente divulgado pelos veículos midiáticos, responsáveis por abordar temas sobre o setor. A comunidade tem seu núcleo original estruturado ao longo do acesso rodoviário à praia e apresenta potencial para os segmentos do ecoturismo, turismo de esportes e turismo de base comunitária, dentro de uma perspectiva sustentável.

Do ponto de vista histórico, a praia de Barra Grande é frequentada para fins de veraneio, desde a década de 1980, por piauienses provenientes, principalmente, de Teresina e Parnaíba, que possuíam ou alugavam casas para passar a temporada de férias e fins de semana prolongados e de residentes de municípios do estado vizinho, Ceará (MACÊDO; RAMOS,

2012). A partir do ano de 2005, com a exploração do *kitesurf*, Barra Grande inicia seu reconhecimento como destino turístico estadual, sendo visitada por pessoas vindas de São Paulo e Rio de Janeiro (MACÊDO; RAMOS, 2012). Contudo, a pesca, a agricultura de subsistência e as práticas comerciais em pequena escala são atividades econômicas mais comuns e tradicionais entre os nativos.

Durante as etapas da pesquisa de campo, foi perceptível, que o turismo se apresenta como uma atividade característica na região que contempla Cajueiro da Praia. Essa atividade foi capaz de motivar mudanças no contexto local, que outras práticas econômicas não geraram. Um exemplo claro disso, é o crescente número de pousadas funcionando e em construção (Figura 10), superando o quantitativo de municípios, como: Parnaíba e Luís Correia, detentoras de infraestrutura básica e de apoio melhores, além de terem atrativos turísticos potencializadores de fluxo de visitantes.

**Figura 10** - Fotografia de pousada sendo construída na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI, em 2015



**Fonte:** Vieira (2015a).

Além da atratividade de Barra Grande, motivada por meio do turismo de aventura com o *kitesurf* e de suas belezas naturais, que corroboram para sua potencialidade turística nos segmentos de ecoturismo e de sol e mar, destacam-se os hábitos e costumes dos moradores locais como aspectos a serem explorados. Afinal de contas, as questões culturais têm sido um

diferencial, para as localidades operarem numa perspectiva de desenvolvimento da atividade com foco para sustentabilidade e menos impactos negativos aos espaços naturais.

Em Cajueiro da Praia, por exemplo, as práticas religiosas e festivas são bastante tradicionais, sendo as principais: a Regata de Canoas (anualmente), a Folia de Reis (Janeiro), os Festejos de São Pedro (Junho) e os Festejos de Nossa Senhora de Fátima (Maio) (MACÊDO; RAMOS, 2012). Os Festejos juninos de São Pedro, padroeiro dos pescadores é o mais valorizado, comunitariamente, devido à população ativa de trabalhadores ser composta por homens pescadores. Durante uma das etapas da pesquisa de campo, estavam acontecendo os festejos juninos na igreja (Figura 11) de Barra Grande.

**Figura 11** - Fotografia da igreja da Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



**Fonte:** Vieira (2015b).

A gestão pública do turismo dispõe de uma Secretaria de Turismo e Meio Ambiente, criada em 2009, que não possui sede própria e tem uma sala compartilhada no prédio da Prefeitura municipal. Segundo M. C., Secretário de Turismo, existe interesse por parte da gestora local em investir no setor, e que, há monitoramento na qualidade dos serviços ofertados aos turistas, que vêm a Cajueiro da Praia e Barra Grande. Existem também, instituições governamentais e não governamentais, que compartilham a gestão turística, sendo: SEBRAE, IBAMA, Instituto Chico Mendes, Banco do Nordeste, Aliança Mandu e Associação de Condutores Barratur (COSTA, 2006, MACÊDO; RAMOS, 2012).

No que se refere aos meios de hospedagem, observa-se que até 1980 não existia registro de estabelecimentos, ocorrendo, apenas, em 1981, a criação da Pousada Mualén, pioneira e pertencente a um empresário de Parnaíba. Esse foi o primeiro passo, para que a partir de 2000, outros empreendedores se interessassem em conhecer a comunidade, motivados pelo potencial para o *kitesurf*. Dessa forma, descortina-se um novo turismo em Barra Grande, com mudanças, quanto ao perfil dos visitantes e na estrutura receptiva local (MACÊDO, 2011).

De acordo com Costa (2006), até o ano de 2006, Barra Grande contabilizava um total de 5 pousadas. Em 2009, esse quantitativo subiu para 9, totalizando 164 leitos. Em 2010, o número é de 13 pousadas, somando 242 leitos. Dessas, duas são de proprietários estrangeiros: um francês e um italiano. As demais são de empresários teresinenses e paulistas (CARVALHO, 2010). Durante a pesquisa, não se identificou hospedagens pertencentes a cadeias hoteleiras, quatro são de propriedade de nativos, outras sete pertencem a estrangeiros (americanos, franceses, italianos e belgas) e os empreendimentos restantes, pertencem a paulistas, teresinenses e pessoas vindas de outros estados do Brasil. Mas ficou claro, que na comunidade existem cerca de 30 meios de hospedagens, contando-se com as que estão em construção.

Com o crescimento dos meios de hospedagem, o setor de alimentos e bebidas tem se destacado e projetado novos espaços para atender os turistas locais. Os 14 restaurantes de Barra Grande, variam de estabelecimentos simples e rústicos, a ambientes com pratos baseados na gastronomia internacional. Além disso, um significativo número de pousadas possui restaurante próprio (Figura 12), com boa estrutura, ou espaços de cozinha utilizados pelos hóspedes interessados em preparar o próprio café e alimentos mais simples.

**Figura 12** - Fotografia de restaurante em pousada na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



**Fonte:** Vieira (2015c).

As outras possibilidades de exploração do turismo são as atividades de caminhada e canoagem, passeios às Ilhas das Garças, das Cabras, do Camaleão e a trilha dos Cavalos-marinhos. Estes passeios só vieram a ser ofertados a partir de 2005, ano da criação da primeira associação de condutores, a BARRATUR (MACÊDO; RAMOS, 2012). A presença de turistas estrangeiros, dispostos a realizar passeios ecológicos é constante, e o fato, de os condutores não falarem outros idiomas dificulta a comunicação, comprometendo a qualidade do serviço prestado. Os condutores têm consciência dessa limitação e já fizeram um curso de noções básicas de inglês, ofertado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) (MACÊDO, RAMOS, 2012).

Em relação à orla da praia, existem barracas de estrutura simples (Figura 13), mas suficientes para atender, de forma satisfatória, turistas menos exigentes. Algumas dessas barracas são de propriedade de moradores nativos, mas existem outras geridas por veranistas antigos, que hoje residem em Barra Grande. Salvo a hotelaria e os bares da orla, as atividades de comércio e serviços, em sua maioria, de porte pequeno, acontecem na própria residência dos moradores. As instalações são precárias e os produtos ofertados em pequenas quantidades não são caros, designando quase sempre o pouco poder aquisitivo e o baixo nível de escolaridade de seus proprietários e clientes mais usuais.

**Figura 13** - Fotografia de barracas de praia na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



**Fonte:** Vieira (2015d).

Nesse contexto, destaca-se como um problema socioambiental citado por pescadores, o fato da prática do *kitesurf* contribuir para migração dos peixes de Barra Grande, que, antes localizados à beira-mar e agora estão se deslocando para alto-mar. Os pescadores reclamam que kitesurfistas (Figura 14) ao utilizarem o espaço próximo à beira-mar, terminam por afugentar os peixes e, conseqüentemente, dificultar a pesca artesanal.

**Figura 14** - Fotografia de pescadores e kitesurfistas à beira mar - na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



**Fonte:** Vieira (2015e).

Em relação à infraestrutura urbana, a comunidade de Barra Grande conta com rede pública de abastecimento de água, com capacidade para atender 786 domicílios. De acordo com o técnico da Prefeitura de Cajueiro da Praia, L. D., essa água é distribuída pela empresa pública Águas e Esgotos do Piauí S/A (AGESPISA), desde 2001, por meio de redes de distribuição convencionais, com reservatório (Figura 15) capaz de armazenar 200m<sup>3</sup> ou 200.000 (duzentos mil litros). A captação da água é realizada por poços artesianos, que bombeiam a água diretamente na adutora, sem tratamento conforme os protocolos utilizados. O técnico afirmou que o tratamento consiste, apenas, na cloração e desinfecção, fatores que justificam a baixa qualidade da água ofertada.

Segundo M. C.<sup>6</sup>, Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Cajueiro da Praia, a Prefeitura solicita reforço na distribuição, principalmente, nos períodos de maior fluxo, pois o abastecimento gera insatisfação na comunidade. É comum, por exemplo, que os proprietários

---

<sup>6</sup> Informações coletadas por meio de formulário via e-mail, novembro de 2015.

dos equipamentos de hospedagem comprem carros pipas para atender a demanda de clientes, além da venda de água mineral ser um dos negócios mais lucrativos para os comerciantes locais, por conta da baixa qualidade da água fornecida pela AGESPISA para o consumo humano.

**Figura 15** - Fotografia do reservatório de água da AGESPISA - na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



**Fonte:** Vieira (2015f).

Quanto à energia elétrica, de acordo com os participantes da pesquisa, a distribuição não atende satisfatoriamente toda a comunidade, em função, da estrutura precária oferecida pela Eletrobrás Piauí. Além disso, eles destacaram que é muito frequente a utilização de outros meios de fornecimento de energia e improvisação de pequenas redes alternativas. Existem duas pousadas, por exemplo, que possuem painéis solares (Figura 16) para captação de energia, sete dos meios de hospedagem têm geradores, e, no caso dos moradores locais, a única possibilidade é o fornecimento regular.

Durante as entrevistas foi afirmado que, a oscilação constante na rede de energia elétrica, já gerou muitos prejuízos à comunidade. E este é um dos principais motivos de

reclamação de moradores e donos de pousadas. O representante da Secretaria de Turismo afirma que a prefeita de Cajueiro da Praia já fez vários pleitos à Eletrobrás (PI) solicitando a melhoria nos serviços. Em Dezembro de 2015, no período de fim de ano, ocorreu um problema no fornecimento de energia elétrica gerando transtornos para moradores e turistas.

**Figura 16** - Fotografia de pousada com painéis solares - na Comunidade Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



**Fonte:** Vieira (2015g).

No âmbito da pesquisa de campo, uma das questões que gerou maior preocupação foi sobre os resíduos sólidos produzidos e seu destino final. Ficou claro, que não há tratamento adequado para o lixo coletado nas pousadas, domicílios e comércios, pois este é despejado a céu aberto, num “lixão” (Figura 17 e 18) inapropriado na entrada de Barra Grande. Segundo J. C.<sup>7</sup>, vereador do Município de Cajueiro da Praia, esse “lixão” é de propriedade privada e sua área está sendo cercada. O parlamentar afirmou ainda, que existe oficialmente um lixão, no município sede, onde os resíduos sólidos são colocados em valas, e depois, cobertos com o mesmo material dessas valas.

Somado a isso, destaca-se a precariedade do serviço de saneamento básico, a falta de rede coletora de esgoto sanitário, no município de Cajueiro da Praia, utilizando-se de fossas/sumidouros, ainda inexistentes em muitas áreas. De acordo com J. C., Cajueiro da

---

<sup>7</sup> Informações coletadas por meio de formulário via e-mail, novembro de 2015.

Praia está incluído nos cem municípios do estado do Piauí, que foram contemplados e selecionados para participarem da capacitação e elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB), Lei de Saneamento Básico 11.445/2007, e portaria 141/2016, em concordância com o diário Oficial da União. Ressalta-se que, esses municípios têm até, 31 de dezembro de 2016, para apresentarem seus planos.

Conclui-se que, a solução desses problemas de infraestrutura é condição necessária para melhoria do bem-estar da população e de quem visita a região, pois contribuem como vetores de doenças e redução na qualidade de vida da população residente. Do ponto de vista do turismo, geram depreciação na condição dos atrativos e do destino como um todo, comprometendo a percepção positiva do visitante em relação ao local visitado.

**Figura 17** - Fotografia de acúmulo de lixo no lixão - na Comunidade Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



**Fonte:** Vieira (2015h).

**Figura 18** - Fotografia de acúmulo de lixo no lixão - na Comunidade Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



**Fonte:** Vieira (2015i).

O Secretário de Turismo e Meio Ambiente de Cajueiro da Praia afirma que há apoio da gestão pública e que há promoção de campanhas de conscientização ambiental nas escolas municipais, além do serviço de limpeza constante, que evita focos de lixo acumulado (Figura 19). Porém, durante as visitas *in loco* foram comprovados pontos de acúmulo de resíduos, além de ter sido esse um dos pontos negativo mais citado pelos sujeitos pesquisados. Constatou-se que, na rua em que ficam a maioria das pousadas e na praia, próximo aos bares, foi possível observar latas de lixo padronizadas com o *slogan* da prefeitura (Figura 20).

**Figura 19** - Fotografia registrando acúmulo de lixo em rua da Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



**Fonte:** Vieira (2015j).

**Figura 20** - Fotografia de recipiente de coleta de lixo na praia - Comunidade Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



**Fonte:** Vieira (2015i).

Dentre os problemas ambientais diretamente associados ao turismo pode-se citar, ainda, o acúmulo de lixo em pontos de visitação, o impacto causado por embarcações (poluição com óleo, por exemplo) e procedimentos inadequados, tais como a falta de armazenamento e tratamento adequado para os resíduos gerados nos passeios e alterações na paisagem original por meio da ocupação da faixa de praia por casas de veranistas (COSTA, 2006; MACÊDO; RAMOS, 2012).

Contudo, pelo que foi observado durante a pesquisa de campo, é fato, que Barra Grande tem um déficit muito grande, quanto à infraestrutura básica nos três itens estudados pela pesquisa. Sabe-se que isso, não é uma problemática que reflete o contexto somente dessa comunidade, mas sim, um cenário em nível estadual e nacional. Acredita-se que a chegada de pessoas vindas de outros lugares do Brasil e de outros países contribui para estimular mudanças comportamentais nos nativos; no sentido de sugerir ações simples e práticas capazes de empreender melhorias nos problemas estruturais relatados.

## **6. CARACTERIZAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM QUANTO AOS INDICADORES AMBIENTAIS**

Nesta seção são apresentados os resultados do levantamento de campo nos 21 meios de hospedagem, que participaram da pesquisa, e de 25 que foram visitados. As visitas aconteceram em três momentos, no período de 04 de maio a 20 de novembro de 2015.

### **6.1 MEIOS DE HOSPEDAGEM EM BARRA GRANDE**

Os meios de hospedagem selecionados representam aproximadamente 80% dos leitos disponibilizados para o turista em Barra Grande, comprovando a pressão que exercem no meio natural quando estão com sua capacidade de lotação máxima.

Os empresários hoteleiros foram questionados quanto a serem avaliados por algum programa de qualidade ambiental. Dos 21, oito afirmaram que foram avaliados pelo Selo de Sustentabilidade Ambiental para os Meios de Hospedagem do SEBRAE/PI. Este selo segue os parâmetros do Programa Nacional de Certificação em Turismo Sustentável, que estabelece critérios mínimos de sustentabilidade nestes estabelecimentos, baseado na Norma Brasileira 15.401:2006.

Esse selo de Sustentabilidade Ambiental para os Meios de Hospedagem avalia 11 princípios básicos da sustentabilidade, inseridos em três dimensões: ambiental, social e econômica, sendo alguns desses: Redução de resíduos sólidos; Água e energia; Valorização da cultura local; Gestão da sustentabilidade; Limpeza e descarte de resíduos sólidos; entre outros aspectos. Tem validade de dois anos e as empresas recebem apoio do SEBRAE em consultorias específicas nas áreas foco da avaliação.

Essa informação é importante para mostrar, que existem instituições públicas atuando com os meios de hospedagem locais, focalizando em ações favoráveis à gestão da sustentabilidade. Porém, um fator preocupante é o quantitativo de pousadas avaliadas pelo selo. Os 13 pesquisados que não participaram do questionamento do SEBRAE, citaram como motivos o fato de serem empresas novas ou por não apresentarem os padrões básicos exigidos na avaliação.

No quadro três está apresentado o diagnóstico dos 21 meios de hospedagem avaliados nesta pesquisa, quanto aos indicadores do IBGE - 2012: captação de água, destino dos resíduos sólidos e esgotamento sanitário, além de incluir a fonte de energia, por acreditar-se

que esse é um indicador eficaz na percepção da minimização de impactos gerados por empresas, independente do segmento em que atuam.

**Quadro 3 - Diagnóstico das Pousadas da Comunidade Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI, quanto aos Indicadores de Sustentabilidade.**

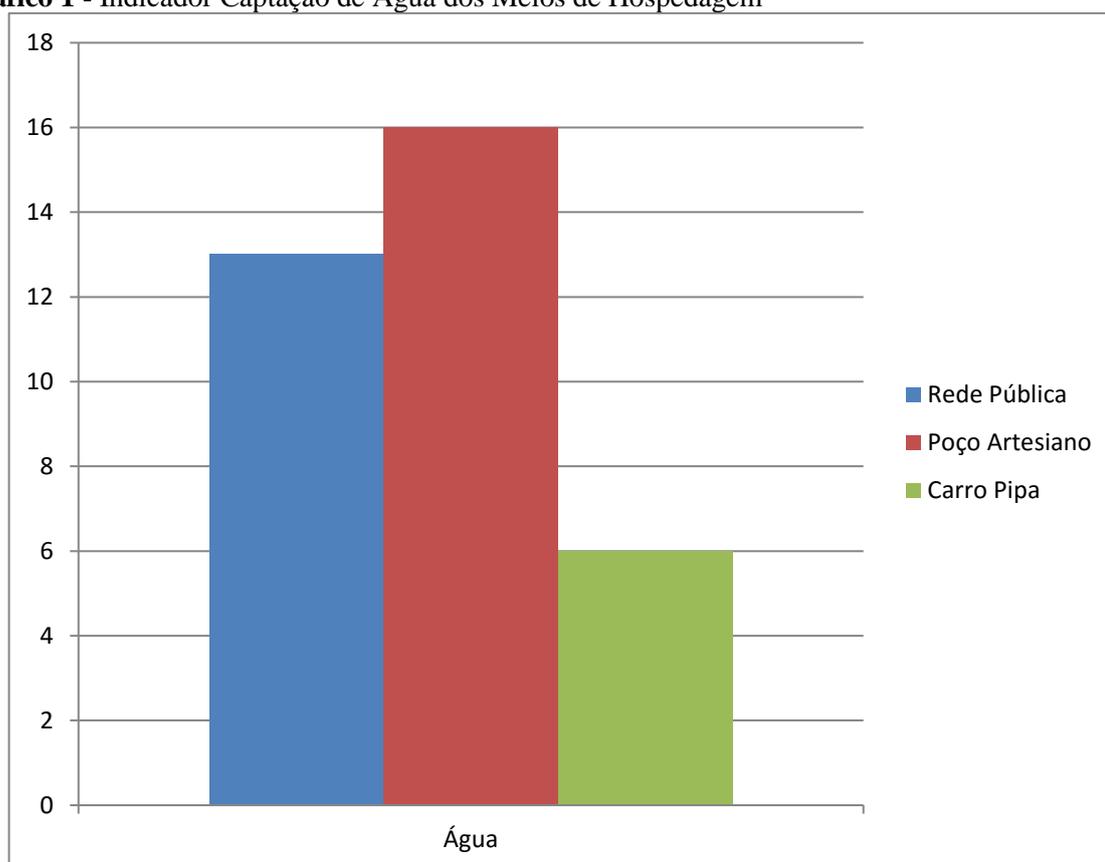
Pousadas	Número de Leitos	INDICADORES AMBIENTAIS DE SANEMANETO												
		Captação de Água			Destino dos Resíduos Sólidos					Destino dos dejetos		Fonte de Energia		
		Rede Pública	Poço Artesiano	Carro Pipa	Coleta Municipal	Separação do lixo orgânico e inorgânico	Compostagem	Feito por conta própria	Coleta Seletiva	Fossa Séptica	Fossa Ecológica	Rede Pública	Gerador	Painéis Solares
Pousada Paraíso da Barra	73	X	X	X	X					X		X	X	
Pousada do Muálem	Não sabe		X		X					X		X		
Pousada Papagaio	24		X		X	X				X		X		
Barra Grande Beach Club	30		X	X	X					X		X		X
Pousada Vento do Kite	42		X		X					X		X	X	
My Brother Eco Cabanas	8		X		X	X	X			X		X		
Casa do Velajador	10	X			X			X		X		X	X	
Pousada Aldeia Na Moa	13	X			X	X				X	X	X		
Pousada Acácia	7	X			X					X		X		
Pousada Torre de Chocolate	75	X	X		X					X		X		
Pousada Titãs	26	X	X		X	X				X		X	X	
Pousada Terra Patris	6	X	X		X	X	X			X	X	X	X	
Espaço Zen	12	X	X		X					X		X		
Pousada Kalango	30	X	X		X					X		X		
Pousada Rota dos Ventos	24	X		X	X					X		X		
Pousada Barra Kite Camp – BGK	79		X	X	X					X		X		
Pousada Ventos Nativos	30	X	X	X	X	X				X		X		
Pousada Manatí	60			X	X				X	X		X	X	X
Pousada do Fred	32	X	X		X					X		X	X	
Pousada Tartaruga	12	X	X		X		X			X		X		
Pousada Eolos	Não sabe		X		X					X		X		

Fonte: Pesquisa direta, novembro/2015.

### 6.1.1 INDICADORES AMBIENTAIS DE PRESSÃO, ESTADO E RESPOSTA PARA BARRA GRANDE.

O Gráfico um representa o indicador captação de água, destaca-se que existem pousadas que fazem a captação por mais de uma maneira. Assim, das 21 pousadas pesquisadas foi constatado que em 16 delas a água é captada em poço artesiano e 13 utilizam da rede pública de Barra Grande. Citada por todos como de péssima qualidade, salgada, apresentar coloração e odor; três dos proprietários relataram que já foram feitas análises químicas, em que se identificou a presença de coliformes fecais; seis disseram que compram carros pipas com uma frequência bastante regular, sobretudo, nos períodos de alta estação, correspondendo aos meses de junho a fevereiro, época em que estrangeiros estão de férias e vêm de viagem ao Brasil. Além do mais, nesse mesmo período ocorrem datas com feriados prolongados, a exemplo do Natal, Réveillon e Carnaval.

**Gráfico 1** - Indicador Captação de Água dos Meios de Hospedagem



**Fonte:** Pesquisa direta, novembro/2015.

Durante a pesquisa de campo identificou-se que a água vinda da rede pública é estocada em cisternas (Figura 21), para receber tratamento por conta própria, através da aplicação de cloro e hipoclorito de sódio, cedidos pela prefeitura municipal.

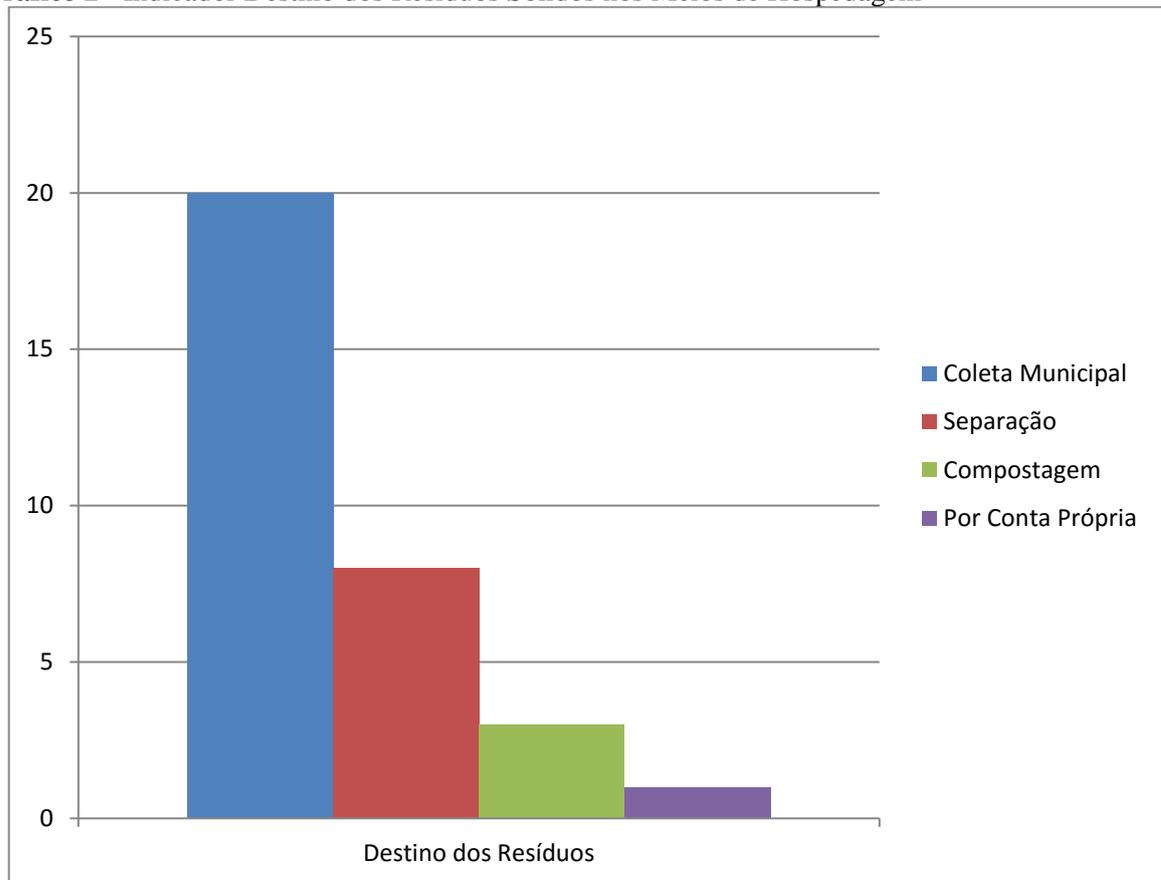
**Figura 21** - Fotografia de reservatório com água tratada em pousada da comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



**Fonte:** Vieira (2015m).

Quanto à questão da coleta e destinação dos resíduos sólidos (Gráfico 2), uma das pousadas não utiliza da coleta municipal e faz o processo por conta própria. Observou-se que, apenas uma pousada, possui coletores individualizados para separação do lixo (Figura 22), 7 disseram fazer separação de lixo orgânico (restos de alimentos, folhas, madeiras, papéis) dos demais resíduos (metais, vidros, plásticos), mesmo afirmando que sabiam que era um trabalho em vão, pois quando o caminhão de coleta do município de Cajueiro da Praia recolhia, encaminhava tudo para o lixão, destino final. Em três estabelecimentos foi afirmado que fazem o reaproveitamento dos resíduos decorrentes de suas atividades, por meio da compostagem (Figura 23), que é um processo biológico em que os microrganismos transformam a matéria orgânica, num material semelhante ao solo e que pode ser utilizado como adubo.

**Gráfico 2** - Indicador Destino dos Resíduos Sólidos nos Meios de Hospedagem



**Fonte:** Pesquisa direta, novembro/2015.

**Figura 22** - Fotografia de coletores dentro de uma pousada na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



**Fonte:** Vieira (2015n).

**Figura 23** - Fotografia com lixo orgânico (compostagem) em uma pousada da Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



**Fonte:** Vieira (2015o).

Destaca-se que a separação dos resíduos feita no ambiente interno das pousadas tem contribuído para inserção da mão de obra local (carroceiros e catadores de lata), que trabalham vendendo ou transportando o lixo, porém, o destino é o lixão, fato que dimensiona um problema ambiental presente e nocivo ao meio natural de Barra Grande.

Quatro proprietários de pousadas tentaram articular mutirões de voluntários em parceria com IBAMA, objetivando recolher o lixo depositado nessa área, na entrada da comunidade. Mas, segundo um deles, não houve interesse da população e do órgão mencionado. Um vereador da Câmara municipal de Cajueiro foi comunicado e disse que iria tomar providências. O fato é que esse lixo compromete o meio e a população, que reside próxima ao local, convertendo-se num agravante, também, de saúde pública.

No referente ao tratamento dos dejetos, sabe-se que Barra Grande não apresenta rede de esgoto, sendo que todas as pousadas pesquisadas utilizam da fossa séptica, além de duas destas utilizarem a fossa ecológica (Figura 24). Quanto a esse ponto, uma proprietária de pousada, idealizadora da fossa ecológica e presidente da Associação dos Hoteleiros, disse que tentou fazer um trabalho de sensibilização para que todos aderissem à modalidade de tratamento ecológica, mas segundo ela não houve interesse coletivo.

**Figura 24** - Fotografia de fossa ecológica em pousada na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI



**Fonte:** Vieira (2015p).

Destaca-se que a fossa ecológica é uma técnica difundida em diversas nacionalidades e que representa uma alternativa sustentável para o tratamento domiciliar de águas negras. Consiste basicamente, em um tanque impermeabilizado, preenchido com diferentes camadas de substrato e plantado com espécies vegetais de crescimento rápido e alta demanda por água, de preferência com folhas largas (bananeiras, taioba) (PAES; CRISPIM; FURTADO, 2014). O sistema recebe o efluente dos vasos sanitários, que passa por processos naturais de degradação microbiana da matéria orgânica, mineralização de nutrientes, e a consequente absorção e evapotranspiração da água pelas plantas (PAES; CRISPIM; FURTADO, 2014).

Portanto, trata-se de um sistema fechado que transforma os dejetos humanos em nutrientes e que trata, de forma limpa e ecológica, a água envolvida. Diferente de outros sistemas, a água presente neste processo retorna ao ambiente na forma de vapor através da transpiração das folhas evitando a poluição do solo, dos lençóis freáticos, dos rios e mares (PAES; CRISPIM; FURTADO, 2014). Assim, caso outros hoteleiros aderissem ao sistema da fossa ecológica, certamente, haveria redução significativa da poluição no meio ambiente, pelo

fato de a produção de dejetos nesses estabelecimentos ser grande, sobretudo, na alta temporada.

Quanto à fonte de energia, todas as pousadas utilizam a energia elétrica fornecida pela rede pública, sendo que duas delas possuem painéis solares (Figura 25), responsáveis por parte de sua produção. Todos reclamaram do serviço, afirmando serem constantes as oscilações, que ocasionam a queima de aparelhos ou perda de alimentos, sobretudo, na alta temporada. Sete pousadas possuem geradores a diesel e três empreendedores afirmaram que, vão implantar os painéis, mas sem previsão para isso. Tal fato comprova que existe a percepção de se buscar estratégias para a produção de energia mais limpa.

Sabe-se inclusive, que o litoral piauiense apresenta grande potencial para modalidades renováveis, como a eólica, com o Parque Eólico existente na Praia de Pedra do Sal (Parnaíba) e a solar. Porém, o custo oneroso para manter ativos os painéis é um dos principais entraves na instalação destes nas pousadas, segundo os gestores.

**Figura 25** - Fotografia de painéis solares em pousada na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.



Fonte: Vieira (2015q).

Baseado nos resultados da pesquisa na comunidade de Barra Grande, apresenta-se uma análise no Modelo PER (Pressão-Estado-Resposta), qualificando a situação ambiental

existente. No Quadro 4, estão expostos os três indicadores relacionando cada problema ambiental (estado) às suas causas (pressão) e as respectivas políticas/medidas (respostas) utilizadas para combatê-los.

**Quadro 4 - Avaliação Modelo PER (Pressão-Estado-Resposta)**

ELEMENTOS DO SANEAMENTO	PARÂMETROS		
	Indicador de Pressão	Indicador de Estado	Indicador de Resposta
Água	Empreendimentos turísticos	Perfuração de poços artesanais	A Gestão Municipal e a AGESPISA não fiscalizam a abertura dos poços.
Esgoto	Aumento da geração de efluentes na alta temporada	Diminuição da qualidade da água pública, dos rios e mares.	A Gestão Municipal e a AGESPISA não fiscalizam a implantação de fossas.
Resíduos sólidos	Aumento da geração de resíduos na alta temporada	Existência de lixo como destino inadequado dos resíduos.	A Gestão Municipal despeja o lixo num local inadequado.

**Fonte:** Elaborado por Anderson Fontenele Vieira, 2015.

Ao se destacar o elemento água, considera-se os empreendimentos de hospedagem como indicadores de pressão, pois na alta temporada há um consumo maior devido ao aumento da demanda capaz de potencializar até o desperdício, caso o consumidor não tenha consciência desse controle. De modo que o indicador de estado seria a perfuração de poços artesanais para atender à necessidade por água em Barra Grande. Inclusive, durante a visita *in loco* foram observados alguns poços sendo perfurados, podendo comprometer o volume subterrâneo da água existente. Nesse caso, o indicador de resposta, seria a fiscalização da Gestão Pública e do órgão estadual responsável pelo fornecimento de água, a AGESPISA, quanto ao controle dessa prática desenfreada da perfuração de poços, fato não comprovado durante a pesquisa de campo.

Quanto ao esgoto, o indicador de pressão seria o aumento da geração de efluentes na alta temporada com o fluxo maior de turistas, que se hospedam nas pousadas, e conseqüentemente, geram uma quantidade maior de efluentes em sua estadia. Considera-se a

diminuição da qualidade da água pública, dos rios e mares, como o estado. Corrobora-se tal argumento com as afirmações dos hoteleiros que encontraram coliformes fecais nas amostras de água coletadas. Nesse caso, o indicador de resposta, seria também a fiscalização por parte da Gestão Pública e do órgão estadual responsável pelo tratamento do esgoto, a AGESPISA, no controle da criação de fossas sépticas para esse tratamento.

No referente aos resíduos sólidos, a pressão seria o aumento da produção de lixo na alta temporada, seguindo a mesma lógica do problema esgoto, de quanto maior o fluxo de visitantes, maior será a produção de lixo. Tendo como indicador de estado, o lixão de Barra Grande, que impacta diretamente o meio ambiente, solo, flora, água, fauna e mangues. Quanto ao indicador de resposta, não se perceberam iniciativas da gestão pública em minimizar ou acabar com o problema, já que a deposição do lixo num local na entrada da comunidade é feita pelo serviço municipal, contribuindo diretamente para a piora do problema ambiental.

Dessa forma, com essa análise pode-se ter uma visão geral sobre os três problemas levantados associando a influência destes no desenvolvimento turístico local. Pois os indicadores utilizados trouxeram um recorte, não só do tema saneamento básico para o turismo, mas também, para comunidade estudada. Sabe-se que a Constituição Federal (CF), estabelece que o município é o titular dos serviços de interesse local. Logo, o saneamento é um serviço de responsabilidade municipal, por ter como principais assistidos a população residente. Neste sentido, a gestão municipal de Cajueiro da Praia deve empreender de forma efetiva, ações em prol da minimização dos problemas da falta de saneamento ou da baixa qualidade deste, que interferem diretamente na vida de turistas e moradores locais.

## 7 CONCLUSÕES

O turismo em Barra Grande configura-se como uma das principais atividades econômicas para o desenvolvimento socioeconômico, potencializando a geração de emprego e renda, além de trocas socioculturais entre nativos e turistas. Destaca-se que muitos jovens locais conseguiram se inserir como funcionários dos meios de hospedagem; os pescadores passaram a fornecer seus pescados aos restaurantes e pousadas; e o comércio varejista, também ativou a comercialização de mercadorias, movimentando a economia da comunidade.

Constatou-se, que a realidade dos serviços de infraestrutura básica, referentes à água, tratamento de dejetos, coleta e destinação do lixo em Barra Grande é bastante precária. O fato é que a ausência de saneamento básico por si só é um problema de dimensão preocupante. Nessa perspectiva, pode-se citar como consequências ambientais negativas: a poluição do ar, contaminação do solo, das águas superficiais e subterrâneas pelo lixão a céu aberto existente, e ainda, pelo tratamento dos dejetos por meio de fossas (rudimentares e sépticas), única modalidade utilizada na área.

Os efeitos ambientais causados pelas atividades regulares para oferta dos serviços nos meios de hospedagem somados a outras influenciam diretamente no desequilíbrio do sistema ambiental da região estudada, pois não estão de acordo com o estudo de IDS do IBGE. Os dejetos gerados pelas pousadas colaboram para diminuição da qualidade da água do lençol freático, fonte para os poços artesianos, largamente utilizados nas pousadas, além da que é ofertada pela AGESPISA. No caso do lixo, com o aumento da produção nos períodos de maior fluxo de turistas e a ausência de local para tratamento adequado, há um impacto direto nas áreas de mangue, tendo em vista, que o lixão da comunidade, situa-se nos arredores.

O planejamento do turismo e das políticas que o direcionam, considerando o viés da sustentabilidade, é uma alternativa constantemente apresentada em estudos de destinos nacionais com características semelhantes à Barra Grande. Porém, não se percebe nessas pesquisas, propostas de metodologias baseadas em indicadores objetivos, que possam qualificar efetivamente, os efeitos negativos ao meio ambiente, e conseqüentemente, levantar informações significativas para elaboração de medidas na mitigação desses impactos (efeitos).

Na comunidade estudada, por exemplo, essas políticas poderiam estimular a adoção de medidas ambientais efetivas pelos empreendimentos turísticos, que potencializam impactos com a eliminação dos dejetos e destino dos resíduos sólidos, o que favoreceria a gestão ambiental nessas organizações. Poderiam ser criados prêmios de gestão ambiental municipal, a exemplo do Selo de Sustentabilidade do SEBRAE/PI, ou, serem concedidos incentivos

fiscais, não devendo funcionar como uma forma de isenção de responsabilidade do poder público e da gestão municipal.

Barra Grande teve sua promoção do desenvolvimento turístico resultante, entre outros motivos, de uma Política Nacional de Turismo, que objetivou a descentralização da gestão do turismo. Atualmente, o município de Cajueiro da Praia, onde a comunidade está localizada, faz parte do Programa de Regionalização do Turismo Roteiros do Brasil, que é um programa federal. Em âmbito estadual, identificou-se o PRODETUR/NE projeto, que contempla a região, mas faz parte de uma articulação federal. Do ponto de vista local, destaca-se o Plano Estratégico do Turismo de Barra Grande (2008-2013) elaborado pelo SEBRAE/PI e Secretaria Municipal de Turismo.

Com base nas ações apresentadas para Barra Grande e na pesquisa de campo que levantou aspectos de 21 empreendimentos, pode-se dizer que a preocupação ambiental depende da visão que cada proprietário tem a respeito do seu empreendimento, não tendo sido observado o envolvimento em ações coletivas como a implantação de coleta seletiva ou outro programa com objetivo de reduzir os resíduos produzidos. O que se viu foram relatos de iniciativas individualizadas da figura de gestores ou proprietários, que além da representação desses papéis são residentes e moradores locais.

Espera-se que os dados levantados possam contribuir na condução do planejamento e gestão das políticas de turismo e meio ambiente, além de construir parâmetros para subsidiar discussões e novas abordagens de pesquisa, que contemplem a viabilidade e adesão de modelos de turismo sustentável, como o ecoturismo. Destaca-se que no próprio Plano de Manejo da APA do Delta do Parnaíba, o ecoturismo é considerado uma das atividades específicas a ser desempenhadas na conservação do ecossistema.

Acredita-se que as informações levantadas sobre o turismo na comunidade estudada permitiram conhecer como esse se desenvolve e imprime seu espaço no contexto local, além de informações que irão auxiliar a gestão municipal de Cajueiro da Praia em como pensar o turismo para Barra Grande. Sabe-se que o planejamento e gestão do turismo exigem de seus gestores questionamentos, que impliquem pontos básicos para um maior nível de acerto, como por exemplo: a) Como os moradores locais veem o turismo e seus impactos; b) Os moradores se sentem integrantes do planejamento, gestão e operacionalização da atividade; c) Que tipo de turismo se quer desenvolver na comunidade; d) Um segmento de mercado que traga visitantes em curto prazo ou um que projete esse número em longo prazo; e) Como se trabalhar a educação ambiental e turística (mostrando para o turista, que ele tem

responsabilidade sobre a manutenção daquele destino turístico); e f) Quais as estratégias de conservação do destino turístico.

Questões como essas contribuem para um processo de gestão mais eficiente e com foco na participação de todos, fomentando decisões compartilhadas e permitindo a elaboração de políticas de turismo, que atendam pontualmente as demandas do local e dos visitantes. Nesta dissertação foi feita uma reflexão teórica acerca das políticas públicas, sua relação com a sustentabilidade ambiental e o uso de indicadores como parâmetros para elaboração destas políticas. Apesar disso, seria interessante a realização de estudos complementares considerando espectro mais amplo de variáveis, como o estudo de impacto ambiental (EIA), em que se abrangessem aspectos referentes à cobertura vegetal modificada, a diminuição da fauna, a qualidade da água de rios e mar, dentre outros aspectos, que não foram estudados neste trabalho.

Ressalva-se que essa avaliação do desenvolvimento turístico baseado no Modelo PER (Pressão-Estado-Resposta) possa trazer resultados mais efetivos, do ponto de vista da conservação ambiental, uma vez que, ao se estabelecer uma metodologia de levantamento de informações com indicadores padronizados, obtêm-se parâmetros confiáveis. De modo que, ao se replicar esta pesquisa em uma avaliação comparativa, haverá menos índices de erros, maior confiabilidade e reprodutibilidade para possíveis novos estudos na região.

Destaca-se este traçado metodológico como pioneiro no estado do Piauí e região Nordeste, pois não foram encontrados estudos que aplicassem essa metodologia. Acredita-se que sua aplicação seja capaz de trazer bons resultados em outros destinos com características semelhantes ou em fase de estudo de viabilidade turística. A aplicação das premissas do turismo de base comunitária em Barra Grande seria uma importante estratégia para o alcance da sustentabilidade. Uma vez que este segmento preconiza ações baseadas na autogestão do turismo, em que a população local assume o verdadeiro papel no seu planejamento, operação, fiscalização e desenvolvimento.

Por fim, apresentam-se algumas propostas para a construção do desenvolvimento turístico sustentável na praia de Barra Grande. No âmbito da perspectiva ambiental: estimular ações de educação ambiental, com a realização de palestras direcionadas à comunidade local e visitantes; cursos para os moradores da região e aos que prestam serviços ao turismo (empresários, pescadores, agricultores ou condutores); realizar o cálculo da capacidade de carga local; implantação do sistema de esgotamento sanitário; implementar a coleta seletiva do lixo nos estabelecimentos turísticos e promover ações de reciclagem com o lixo gerado

pelo fluxo de turistas, através da criação de cooperativa de reciclagem, trazendo incremento na renda dos moradores.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. de. **Gestão ambiental para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Thex, 2010.

AMORIM, J. L. **Delta do Parnaíba (PI) em uma de suas ilhas fluviais**. 2012a. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Igarapé em manguezais no Delta do Parnaíba**. 2012b. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Caranguejo-Uçá (*Ucides cordatu cordatus*) no Delta do Parnaíba**. 2012c. 1 fotografia digital, color.

ARAÚJO, A. G. P. de.; ARAGÃO, L. L.; RODRIGUES, L. C. Turismo, populações tradicionais e ambiente. **Revista Gaia Scientia**, v. 8, n. 2, 2014.

ARAÚJO, G. P.; GELBCKE, D. L. Turismo Comunitário: Uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Revista Turismo Visão e Ação - Eletrônica**, v. 10, n. 3, p. 357-378, set./dez. 2008.

BADARÓ, R. A. de L. A Evolução da Legislação Turística Brasileira: o início do direito do turismo. **Revista Virtual de Direito do Turismo**, v. 13, n. 2, nov. 2008. Não paginado.

BAPTISTA, E. M. C. **Estudo morfossedimentar dos recifes de arenito da zona litorânea do estado do Piauí, Brasil**. 2010. 305 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC, 2010.

BARBOSA, G. S. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. **Revista Visões**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 1- 11, jan./jun. 2008.

BARRA Grande do Piauí. Disponível em:

<<http://www.barragrandepiaui.com/sobre/mapa.html>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

BARRETTO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo**. São Paulo: Papirus Editora, 2006.

BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A da. (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 181-192.

BENI, M. C. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Aleph, 2006.

\_\_\_\_\_. Como Certificar o Turismo Sustentável?. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 5-16, nov. 2003.

BOBBIO, N; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**, v. I. México, Siglo XXI, 1998. 674 p.

BORBA, C.; BARRETTO, M. Políticas públicas de cultura e turismo, e sua influência na profissionalização de grupos tradicionais: O caso dos Maracatu de Pernambuco, Brasil. **Pasos: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, Santa Cruz de Tenerife, v. 13, n. 2, p. 359-373, fev., 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Anderson/Downloads/PASOS41.pdf> Acesso em: 18 mai. 2015.

BORGES, C. I. O. S. **O turismo comunitário em comunidades tradicionais na zona costeira do Ceará**: em foco a experiência da Rede Tucum. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, CE, 2011.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. **Guia de Procedimentos do Licenciamento Ambiental Federal**. Brasília, 2002. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa\\_pnla/\\_arquivos/Procedimentos.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/Procedimentos.pdf)>. Acesso em: 30 out. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. **Resolução CONAMA 237/97**. Brasília, 1997. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente - MMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. **Resolução CONAMA 001/86**. Brasília, 1986. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/index.cfm>>. Acesso em: 15 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **PRODETUR**. Brasília. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/programas/5066-prodetur.html>>. Acesso em: 16 out. 2015a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Relatório de Categorização: Nordeste (PI)**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/images/pdf/categorizacao/NORDESTE/PI.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2015b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013-2016 - “O turismo fazendo muito mais pelo Brasil”**. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo e o Mercado**. 1 ed. Brasília, 2010a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Turismo. **Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem**. Brasília, 2010b. Disponível em: <<http://www.classificacao.turismo.gov.br/MTUR-classificacao/mtur-site/downloadCartilha.action;jsessionid=520FA16586D8E027AABDBB616CFC3228?tipo=2>>. Acesso em: 05 jul. 2015.

BRÜSEKE, F., J. **A técnica e os riscos da modernidade**. Florianópolis: UFSC, 2001. 216 p.

CARVALHO, S. M. **Possibilidades e limitações do desenvolvimento sustentável do turismo no município de Cajueiro da Praia (PI)**. 2010. 164f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina, PI, 2010.

\_\_\_\_\_. A percepção do turismo por parte da comunidade local e dos turistas no município de Cajueiro da Praia-PI. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 470-493, 2010.

CAVALCANTI, A. P. B.; VIADANA, A. G. Estudos das unidades paisagísticas costeiras do Estado do Piauí: potencialidades e limitações Antropo-Naturais. In: **Revista Climatologia e Estudos da Paisagem**, Rio Claro, SP: UNESP. v. 2, n.1, jan./jun. 2007.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade Ambiental: Perspectivas atuais de desenvolvimento**. Teresina: UFPI, 2003.

CEARÁ. Secretária de Turismo do Estado do Ceará. **Copa do Mundo FIFA 2014: Pesquisas de Fluxo e de Perfil da Demanda Turística para o Ceará**. Fortaleza, jul. 2014. Disponível em: <<http://investimentos.setur.ce.gov.br/pdf/Copa-2014.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2015.

CEPRO. Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Estado do Piauí. **Relatório de Pesquisa Demanda Turística**. Teresina, jul. 2013.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

COMISSÃO Ilha Ativa. Disponível em: <<http://comissaoilhaativa.org.br/galeria-de-imagens/>>. Acesso em: 18 out. 2015.

CORIOLOANO, L. N. M. T. Os limites do desenvolvimento e do turismo. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 21, n. 2, p. 25-46, 2001.

\_\_\_\_\_. A contribuição do turismo ao Desenvolvimento local. In: Portuguese, A. P.; SEABRA, G. De F.; QUEIROZ, OTMM. **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. p. 61-70.

COSTA, A. S. **Turismo e desenvolvimento local sustentável em Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI**. 2006. 105f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Piauí (UFPI). Teresina, PI, 2006.

COOPER, C. **Turismo: princípios e prática**. São Paulo: Bookman, 2007.

CPRM. Serviço Geológico do Brasil. **Geodiversidade do Estado do Piauí**. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://www.cprm.gov.br/publique/media/Geodiversidade\\_PI.pdf](http://www.cprm.gov.br/publique/media/Geodiversidade_PI.pdf)>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CRUZ, R. de C. **Políticas de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

(DGA) Direção Geral do Ambiente. **Proposta para um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável**. 2000. Disponível em <<http://www.iambiente.pt/sids/sids.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2014.

DUARTE, L. R. R. Os fundamentos e o fortalecimento do turismo comunitário a partir da Rede Tucum-CE. **Revista Gestão & Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, 2013.

DUDA, J. I. M. de.; ARAUJO, L. M. de. Polos de turismo no nordeste do Brasil: crescimento, desenvolvimento e escassez de conhecimento. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, 2014.

DUTRA, A. da S.; PEREIRA, R.M. do A. F. O município de Cajueiro da Praia (PI), Brasil: características naturais e a conservação de um patrimônio socioambiental. **Revista Resgate**, v. 23, n. 30, p. 57-68, 2015.

FARIA, C. A. P. de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Cidade. v. 18, n. 51, p. 21-30, 2003.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Tradução Marise Manoel. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**. n. 21. p. 211-259, 2000.

GODOY, L. H. et. al. Potencial Geoparque de Uberaba (MG): geodiversidade e geoconservação. **Revista Sociedade e Natureza**, p. 395-410, 2013.

GOELDNER, C. R.; RITCHIE, J. R. B.; MCINTOSH, R. W. **Turismo: Princípios, práticas e filosofias**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GUIMARÃES, R. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 43-71, 2001.

\_\_\_\_\_; FEICHAS, S. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 12, n. 2, p. 307-323, 2009.

\_\_\_\_\_; FONTOURA, Y. S. dos R. da. Rio+ 20 ou Rio-20?: crônica de um fracasso anunciado. **Revista Ambiente & Sociedade**, v. 15, n. 3, p. 19-39, 2012.

HANAI, F. Y. **Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: uma aplicação ao contexto de desenvolvimento do turismo na região de Bueno Brandão, estado de Minas Gerais, Brasil**. 2009. f. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) - Universidade de São Paulo (USP). São Carlos, SP, 2009.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Municípios@IBGE**. 2010. Disponível em: <<http://www.municipios.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=220208>>. Acesso em: 21 set. 2014.

\_\_\_\_\_. **Setor de serviços registra crescimento de 2,1%**. set., 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/09/setor-de-servicos-registra-crescimento-de-2-1>>. Acesso em: 2 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de desenvolvimento sustentável:** Brasil 2012. Disponível em <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/recursos\_naturais/indicadores\_desenvolvimento\_sustentavel/2012/ids2012.pdf >. Acesso em: 15 out. 2013.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia.** 4. ed. Rio de Janeiro, 2006.

KLIKSBERG, B. **Repensando o estado para o desenvolvimento social:** Superando dogmas e convencionalismos. São Paulo: Cortez, 1998.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do Turismo.** 2. ed. São Paulo: Aleph, 2001.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOBO, T. **Comunidade solidária:** estratégia para desenvolvimento social. In: anais.VII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Lisboa, 2002.

LOPES, B.r; AMARAL, J. N. **Políticas Públicas:** conceitos e práticas. 1. ed. Belo Horizonte: Sebrae, MG, 2008. 48 p.

LUCENA, A. B.; SILVA, P. P. C. da.; BRASILEIRO, M. D. S. A prática do kitesurf e o universo da preservação ambiental. **LICERE: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 16, n. 1, p. 1-18, mar. 2013.

MACÊDO, E. M. **O turismo na praia de Barra Grande-PI:** impactos e contribuições ao desenvolvimento local. 2011. 180f. Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo) - Universidade de Brasília (UNB). Brasília, DF, 2011.

\_\_\_\_\_; RAMOS, R. G. O desenvolvimento do turismo em Barra Grande, Piauí (Brasil) e seu significado para a comunidade local. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 2, n. 2, p. 89-107, 2012.

MENDONÇA, T. C. M. de; MORAES, E. A. de. Turismo de Base Comunitária sob influência do processo de Proteção da Natureza na Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde (CE) e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Aventureiro (RJ). Cidade, **Revista Capa**, v. 9, n. 1, 2016.

MERICO, L. F. K. Políticas Públicas para a sustentabilidade. In: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). **O desafio da sustentabilidade:** um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. p. 251-262. 2001.

MIELKE, E. J. C. **Desenvolvimento turístico de base comunitária;** Uma abordagem prática e sustentável. São Paulo: Editora Alínea, 2009.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável:** Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: 2. ed. da UFSC, 2001.

NOBRE, M.; DE CARVALHO AMAZONAS, M.. **Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito**. Edições IBAMA, 2002.

OLIVEIRA, F. M. de. As políticas de turismo no Brasil nos anos noventa. **Revista Turismo em Análise**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 177-200, 2008.

Organização Mundial do Turismo. **Ingressos por turismo internacional**. Madrid: OMT, 2013.

\_\_\_\_\_. **Indicadores de desarrollo sostenible para los destinos turísticos: guía práctica**. Madrid: OMT, 2005.

\_\_\_\_\_. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Tradução Sandra Netz. Porto Alegre: Bookman, 2003.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao turismo**. Amparo Sancho (dir. red.). São Paulo: Roca, 2001.

Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/declaracao-de-ban-ki-moon-a-assembleia-geral-da-onusobre-os-resultados-da-rio20/>>. Acesso em: 04 fev. 2015.

OLIVEIRA, M. de Alencar S.; ROSSETTO, A. M. Políticas Públicas para o turismo sustentável no brasil-evolução e perspectivas de crescimento para o setor. **Turismo-Visão e Ação**, v. 15, n. 3, p. 322-339, 2013.

PAES, W. M.; CRISPIM, M. C.; FURTADO, G. D. Uso de tecnologias ecológicas de saneamento básico para solução de conflitos socioambientais. **Revista Gaia Scientia**, v. 8, n. 1, 2014.

Piauí. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Costa do Delta**. PRODETUR NE II. RUSCHMANN Consult, 2009.

RAMOS, R. G.; LOPES, W. G. R. Proposta metodológica de avaliação qualitativa de corredores turísticos: Considerações sobre o trecho da rodovia BR 343 entre Teresina e o litoral do Piauí, Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p.67-84, abr. 2013.

RUSCHMANN, D. V. de M. **Turismo e planejamento sustentável**. 8. ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SACHS, I. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 30, p. 213-242, 1997.

\_\_\_\_\_. De volta à mão visível: os desafios da Segunda Cúpula da Terra no Rio de Janeiro. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 5-20, 2012.

SAMPAIO, C. A. C.; ZAMIGNAN, G. Estudo da demanda turística: experiência de turismo comunitário da microbacia do Rio Sagrado, Morretes (PR). **Cultur-Revista de Cultura e Turismo**, v. 6, n. 1, p. 25-39, 2015.

\_\_\_\_\_; CORIOLANO, L. N. Dialogando com experiências vivenciadas em Marraquech e América Latina para compreensão do Turismo Comunitário e Solidário. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2009.

SANTOS, J. G. **Sistema de Indicadores de Sustentabilidade para o Turismo**: aplicação de uma abordagem participativa em Porto de Galinhas, PE. 2013. 160f. Dissertação (Mestrado em Administração (UFPE)). Pernambuco, 2013.

SILVA, G. V. da. et al. Contribuições da Educação Ambiental para o turismo em Bragança (PA) (Amazônia Atlântica): uma perspectiva participativa. **Revista Capa**, v. 6, n. 3, 2013.

SOARES, J. G.; SAHR, C. L. L.. Ação coletiva, cooperativismo e turismo: Estudo de caso da Comunidade Menonita de Witmarsum (Paraná/Brasil). **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**, v. 14, n. 1, p. 111-125, 2016.

STAHEL, A.W. Capitalismo e Entropia: Os Aspectos Ideológicos de uma Contradição e a Busca de Alternativas Sustentáveis. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e Natureza**: Estudos para uma Sociedade Sustentável. São Paulo: Cortez, 1998.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SWARBROOKE, J. **Turismo sustentável**: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, v. 1, 2000.

TAYRA, F.; RIBEIRO, H. Modelos de indicadores de sustentabilidade: síntese e avaliação crítica das principais experiências. **Saúde e Sociedade**, v. 15, n. 1, p. 84-95, 2006.

TRENTIN, F.; SANSOLO, D. G. Políticas públicas de turismo e indicadores de sustentabilidade ambiental: um estudo sobre Bonito - MS. **Turismo Visão e Ação**. v. 8, n. 1, p. 61-74, abr. 2006.

VIEIRA, A. F. **Pousada sendo construída na comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI**. 2015a. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Igreja da comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI**. 2015b. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Restaurante em pousada na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI**. 2015c. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Barracas de praia na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI**. 2015d. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Pescadores e kitesurfistas à beira mar na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI**. 2015e. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Reservatório de água da AGESPISA na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI**. 2015f. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Pousada com painéis solares na Comunidade Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.** 2015g. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Acúmulo de lixo no lixão na Comunidade Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.** 2015h. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Acúmulo de lixo no lixão na Comunidade Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.** 2015i. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Acúmulo de lixo em rua na Comunidade Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.** 2015j. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Recipiente de coleta de lixo na praia da Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.** 2015l. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Cisterna com água tratada em pousada da Comunidade Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.** 2015m. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Coletores dentro de uma pousada na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.** 2015n. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Lixo orgânico (compostagem) em uma pousada da Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.** 2015o. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Fossa ecológica em pousada na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.** 2015p. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_. **Painéis solares em pousada na Comunidade de Barra Grande - Cajueiro da Praia/PI.** 2015q. 1 fotografia digital, color.

\_\_\_\_\_; ARAÚJO, J. L. L. Turismo e sustentabilidade ambiental na comunidade de Barra Grande, Cajueiro da Praia, Piauí (PI). **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo.** São Paulo, v. 9, n. 3, p. 519-536, dez. 2015.

WTTC - World Travel & Tourism Council. **Economic Impact of Travel & Tourism.** London, 2015. Disponível em:

<[https://www.wttc.org//media/files/reports/economic%20impact%20research/economic%20impact%202015%20summary\\_web.pdf](https://www.wttc.org//media/files/reports/economic%20impact%20research/economic%20impact%202015%20summary_web.pdf)>. Acesso em: 30 de out. 2015.

## APÊNDICES

### Apêndice A - Entrevista com proprietários e gerentes de pousadas de Barra Grande:



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI**  
**NÚCLEO DE REFERÊNCIA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO TRÓPICO**  
**ECOTONAL DO NORDESTE - TROPEN**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO**  
**AMBIENTE - PRODEMA**  
**MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE - MDMA**

#### Roteiro de entrevista com proprietários ou gerentes dos Meios de Hospedagem (MH) de Barra Grande (PI)

#### Dados do MH

Nome:  
 Endereço:  
 Bairro:  
 CEP:  
 Telefone:  
 Endereço eletrônico:  
 Proprietário/Gerente:  
 Reside no município:  
 Nascido no município:

#### Indicadores de Sustentabilidade do IBGE (2012)

- 1 - Ano de início das atividades:
  - 2 - Possui certificação de algum programa de qualidade ambiental? Qual?
- Água**
- 3 - Como é feita a captação de água?
    - ( ) Rede Pública
    - ( ) Poço artesiano
    - ( ) Mina
    - ( ) Chuva
    - ( ) Corpos d'água (rios/córregos)
  - 4 - Consumo mensal na alta e baixa temporada.
  - 5 - Tem algum tipo de tratamento e/ou reaproveitamento da água? Qual?

6 - Usa equipamentos e procedimentos para economia de água?

- Uso de redutores de vazão nos chuveiros
- Uso de redutores de vazão nas torneiras
- Uso de vasos sanitários
- Verificação periódica para detecção de vazamento

**Resíduos Sólidos**

Quantidade aproximada da produção:

**Destino do lixo**

- Alimentação animal
- Compostagem
- Coleta municipal
- Separação
- Queima
- Leva para a município
- Enterra
- Recicla
- Outro

**Esgoto**

- Fossas Sépticas e Sumidouros
- Esgoto público
- Fossa Negra
- Outro

**Apêndice B - Entrevista com Secretário de Turismo de Cajueiro da Praia:**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI  
NÚCLEO DE REFERÊNCIA EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS DO TRÓPICO  
ECOTONAL DO NORDESTE - TROPEN  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO  
AMBIENTE - PRODEMA  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE - MDMA**

**Roteiro de entrevista com o Secretário de Turismo de Barra Grande (PI)**

A entrevista com o Secretário de Turismo tem o objetivo de identificar qual a visão adotada pela gestão pública para o desenvolvimento da atividade turística em Barra Grande (PI). Abordando os seguintes pontos:

- Relato Histórico;
- Problemas identificados em Barra Grande relacionados com a atividade turística;
- Quais as políticas públicas de turismo para Barra Grande;
- Quais políticas se concretizaram em ações e como se efetivam;
- Qual a visão em relação ao turismo para o desenvolvimento local;
- Qual a visão em relação ao desenvolvimento sustentável;
- Políticas, ações e programas em função do desenvolvimento sustentável e conservação ambiental.

**Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE:****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da Pesquisa “**Turismo e Sustentabilidade Ambiental na Comunidade de Barra Grande, Cajueiro da Praia, Piauí (PI)**”, sob a responsabilidade dos pesquisadores Dr. José Luís Lopes Araújo e Anderson Fontenele Vieira, a qual pretende identificar efeitos ambientais da infraestrutura turística em Barra Grande, considerando indicadores de sustentabilidade ambiental.

Sua participação é voluntária, se dará por meio de entrevistas registradas com o uso de gravador de voz. Informamos que esse termo (TCLE) será apresentado em duas vias, sendo que uma fica na responsabilidade do pesquisador e a outra em posse do (a) Sr (a).

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são mínimos e estão relacionados ao desconforto que o participante poderá sentir ao compartilhar informações pessoais ou confidenciais. No entanto, destacamos que o participante não precisa responder a qualquer pergunta se sentir que ela é muito pessoal ou sentir desconforto em falar.

Se você aceitar participar, estará contribuindo para obtenção de informações sobre os efeitos ambientais do turismo em Barra Grande, de modo que, os dados levantados possam orientar na condução do planejamento e gestão das políticas de turismo e meio ambiente locais, além de construir parâmetros para discussões e novas abordagens de pesquisa, que contemplem a viabilidade e adesão de modelos de turismo sustentável.

Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa, ônus, direito a indenização e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo.

Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá contatar: José Luís Lopes Araújo telefone (86) 8859-0202 e Anderson Fontenele Vieira telefone (86) 9800-1687, ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Federal do Piauí, no Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Pró-Reitoria de Pesquisa, Bairro Ininga, CEP: 64.049-550 - Teresina-Pi, telefone (86) 3237-2332 ou por e-mail: [cep.ufpi@ufpi.edu.br](mailto:cep.ufpi@ufpi.edu.br).

Eu, \_\_\_\_\_, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

\_\_\_\_\_  
Assinatura (ou impressão dactiloscópica) do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do pesquisador

Data: \_\_/\_\_/\_\_